



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PUBLICIDADE E PROPAGANDA

**DO LAMPIÃO DA ESQUINA A PABLO VITTAR:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA REPRESENTAÇÃO DO
MOVIMENTO LGBT ATRAVÉS DE ABORDAGENS DISCURSIVAS**

DANIEL AMORIM BRAGA DE OLIVEIRA

RIO DE JANEIRO

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**DO LAMPIÃO DA ESQUINA A PABLO VITTAR:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA REPRESENTAÇÃO DO
MOVIMENTO LGBT ATRAVÉS DE ABORDAGENS DISCURSIVAS**

DANIEL AMORIM BRAGA DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Publicidade e Propaganda.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Beatriz Jaguaribe de Mattos

RIO DE JANEIRO

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

0481 Oliveira, Daniel Amorim Braga de
Do Lampion da Esquina a Pablo Vittar: uma
análise comparativa da representação do movimento
LGBT através de abordagens discursivas / Daniel
Amorim Braga de Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2018.
56 f.

Orientadora: Mattos Beatriz Jaguaribe de.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da
Comunicação, Bacharel em Comunicação Social:
Publicidade e Propaganda, 2018.

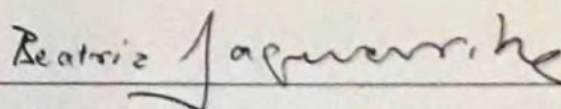
1. representatividade. 2. LGBT. 3.
contradiscursos. 4. diversidade. 5. activismos. I.
Beatriz Jaguaribe de, Mattos, orient. II. Título.

**DO LAMPIÃO DA ESQUINA A PABLO VITTAR:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA REPRESENTAÇÃO DO
MOVIMENTO LGBT ATRAVÉS DE ABORDAGENS DISCURSIVAS**

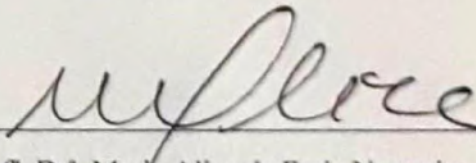
Daniel Amorim Braga de Oliveira

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Publicidade e Propaganda.

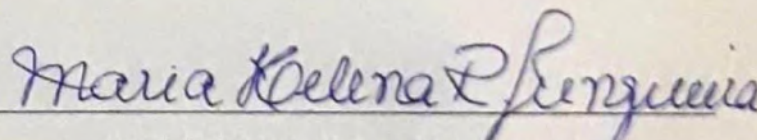
Aprovado por



Prof^ª. Dr^ª. Beatriz Jaguaribe de Mattos – orientadora



Prof^ª. Dr^ª. Maria Alice de Faria Nogueira



Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena Rego Junqueira

Aprovado em: 28 de junho de 2018

Grau: 9,5

RIO DE JANEIRO

2018

OLIVEIRA, Daniel Amorim Braga de. **Do Lampion da Esquina a Pablo Vittar: uma análise comparativa da representação do movimento LGBT através de abordagens discursivas**. Orientadora: Beatriz Jaguaribe de Mattos. Rio de Janeiro, 2018. Monografia (Graduação em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RESUMO

A diversidade sexual e de gênero está em pauta nos meios de comunicação e no campo político. Em resposta aos atos de conservadorismo e de fundamentalismo religioso, a produção de contradiscursos se dá em espaços físicos e virtuais. Em contextos como este, é comum se ver estratégias de visibilidade através de produtos culturais. Portanto, o objetivo geral desse trabalho é refletir sobre a importância da representatividade. Mais especificamente, nosso estudo de caso realiza uma análise comparativa de contradiscursos produzidos por representantes do movimento LGBT+ em dois momentos históricos distintos: há exatos quarenta anos, quando o movimento homossexual brasileiro começava a se organizar para “sair do armário”; e atualmente, com a emergência de discussões mais abrangentes sobre identidades de gênero. Podemos perceber que atualmente há a tendência para intersecções com outros movimentos sociais e um maior protagonismo de subgrupos que, historicamente, são marginalizados dentro do próprio meio LGBT+. Por fim, este trabalho aponta para a urgência de se combater a reprodução da violência estrutural no interior do próprio meio LGBT+ e, assim, visa incentivar o desenvolvimento da sua mobilização.

Palavras-chave: representatividade, LGBT+, diversidade, contradiscursos, ativismos

OLIVEIRA, Daniel Amorim Braga de. **From Lampião da Esquina to Pablo Vittar: a comparative analysis of the representation of the LGBT movement through discursive approaches.** Advisor: Beatriz Jaguaribe de Mattos. Rio de Janeiro, 2018. Final paper (Degree in Advertising and Propaganda) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ABSTRACT

Sexual and gender diversity have become crucial issues in media representations and political agendas. Discourses of diversity and gender rights emerge in physical and virtual spaces as a response to the onslaught of conservative intolerance and religious fundamentalism. In contexts like this it is usual to perceive strategies of visibility through cultural products. Therefore, the general objective of this work is to reflect on the importance of representativeness. More specifically, our case study performs a comparative analysis of counter speeches produced by representatives of the LGBT+ movement in two distinct historical moments. The first period is the 1970s when the Brazilian homosexual movement began to "get out of the closet". The second period is the contemporary moment where comprehensive discussions about gender identities are being undertaken. Currently, intersections are occurring between distinct social movements and a new protagonism is being given to formerly marginalized groups within the LGBT environment itself. Finally, this work points to the urgency of combating the reproduction of structural violence within the LGBT+ environment itself and thus aims to encourage the development of its mobilization.

Key words: representativeness, LGBT+, diversity, counter speeches, activism

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 E OLHA SÓ COMO O JOGO VIROU.....	10
2.1 A REPRESENTATIVIDADE EM PRODUÇÕES CULTURAIS.....	11
2.2 A INVENÇÃO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”	13
3 IDENTIDADE, EU QUERO UMA PRA VIVER.....	17
3.1 SEXUALIDADE: DA REPRESSÃO À INCITAÇÃO AOS DISCURSOS.....	18
3.2 O PENSAMENTO QUEER.....	20
3.3 NOTAS SOBRE O CONCEITO DE GÊNERO.....	21
3.4 PERSPECTIVAS DA DIVERSIDADE.....	23
4 OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	26
5 DO LAMPIÃO DA ESQUINA A PABLLO VITTAR: UM ESTUDO DE CASO.....	29
5.1 LAMPIÃO DA ESQUINA: DOS ENTENDIDOS PARA AS BICHAS.....	30
5.2 O LACRE É LUCRO.....	34
5.3 MENINA, EU SOU É HOMEM, EU SOU HOMEM COM H.....	35
5.4 VAI TER QUE ENVIADESCER.....	40
5.5 INDISCRETA E DENTRO DO MEIO.....	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	52
ANEXOS.....	55

1 INTRODUÇÃO

Mas quanto mimimi! Utilizar essa expressão caiu no lugar comum dos debates, sobretudo nas redes sociais. É uma forma de diminuir a importância da argumentação de alguém relativa a determinado problema. Empoderamento, solidificação dos movimentos sociais, inclusão das demandas nos agendamentos políticos, econômicos e midiáticos e a força da comunicação instantânea da geração que nasce e cresce na internet. Tudo isso tem forçado mudanças profundas nas práticas discursivas em prol da inclusão de grupos denominados minoritários. A conclusão de um curso de comunicação nesse contexto social exige uma cabeça aberta, olhares mais amplos e um compromisso com o aprendizado diário sobre interesses cada vez mais diversos em uma cultura tradicionalmente machista, misógina, racista e LGBTfóbica como a brasileira.

A mídia é uma janela para a nossa realidade. E, durante muitos anos, o conceito de homossexualidade foi formado para o grande público de maneira jocosa através de personagens cômicos, caricatos e estereotipados. Até pouquíssimo tempo atrás, o bordão “isso é uma bichona”, por exemplo, era repetido semanalmente no horário nobre da Globo, acompanhado de toda uma simbologia gestual ridicularizante dos gays afeminados e de gargalhadas ao fundo. E até hoje pessoas o repetem por aí. Nas novelas, as poucas inserções de gays fora da comédia eram através de personagens em dois extremos: ou o “gay que se dava ao respeito”, ou o gay de caráter duvidoso. Além disso, fomos ensinados a desejar os padrões ideais de beleza do homem macho e a rejeitar os que se afastam desse estereótipo com as justificativas de questão de gosto, falta de atração.

A luta por representatividade vem buscando justamente alterar esse cenário e invadir os espaços midiáticos com abordagens mais inclusivas e conscientes. A empatia facilita o diálogo e o entendimento das necessidades do outro. O mercado publicitário, por exemplo, já compreendeu a necessidade de quebrar diversos estereótipos e produzir campanhas socialmente responsáveis. Se olharmos para uma marca como a Skol, percebemos claramente a mudança de posicionamento nos últimos anos. Das tradicionais campanhas que objetificavam o corpo da mulher, a empresa se tornou aliada da luta LGBT+. É uma das grandes patrocinadoras da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e recentemente lançou mais uma campanha voltada para o assunto. Sob o termo #MarcasAliadas, convidou outras marcas para “doar” parte das respectivas logomarcas em prol de doações para entidades ligadas à causa

LGBT+. Assim, nas redes sociais, foi possível ver a logomarca da Skol sem o “l”, do Burger King sem o “g”, da Bis sem o “b”, da Trident sem o “t” e da Quem disse, Berenice? sem o “q”.

No entanto, o discurso precisa vir sempre de dentro, da consciência diária. Apoiar a representatividade também envolve escutar e oferecer o protagonismo de ação para as pessoas que estão sob o “guarda-chuva” da diversidade. Determinadas atitudes demonstram se as empresas têm credibilidade como aliadas da luta ou se estão interessadas somente no *pink money*. A recente campanha da rádio Jovem Pan para o Dia Internacional contra a Homofobia é um exemplo da falta de empatia. Com a hashtag #MinhaÚltimaMúsica, a campanha convidava as pessoas a pensar “se você fosse a próxima vítima, qual seria a última música que você pediria?”. A publicação imediatamente repercutiu de forma negativa nas redes sociais, teve centenas de comentários alertando que a abordagem naturalizava a violência. Mas permaneceu no ar, sem nenhuma retratação por parte da empresa.

Assim, o desenvolvimento deste trabalho parte do interesse em compreender a organização LGBT+ enquanto movimento social de resistência. O objetivo geral é apontar para perspectivas críticas sobre os processos de representação da tal diversidade. Mais especificamente, vamos analisar abordagens discursivas de membros que se inserem na mídia e representam o movimento LGBT+; tomando como amostras figuras da música popular; verificar quais suas percepções sobre a militância, sobre a relação entre vida privada e política, sobre a configuração de seus trabalhos em seus papéis artístico e social.

Partimos da hipótese de que as problemáticas que envolvem as identidades representadas por essa sigla ainda são tratadas de forma pouco integradas. Através de experiências pessoais, é visível a perpetuação de violências estruturais na constituição histórica do próprio movimento. Os lugares de convivência conseguem ser, ao mesmo tempo, acolhedores e discriminatórios. Há diversas hierarquias baseadas em posições sexuais, tipos de corpo, estética, trejeitos, cor de pele, classe social, idade, e tantas outras. Por respeitar um lugar de fala, vamos nos direcionar mais para os apagamentos consequentes da reafirmação constante da masculinidade hegemônica.

No primeiro capítulo, apresentamos um breve panorama de acontecimentos do último ano que tiveram relação com a visibilidade LGBT+ na mídia. Também procuramos na literatura explicações para a onda de conservadorismo que, fortalecida pelas *fake news*, age de formas agressivas para sufocar o movimento. No capítulo seguinte, é feita uma revisão da literatura sobre a constituição de identidades em sociedade, sobre o percurso histórico da

homossexualidade e sobre os avanços propostos pelo pensamento queer. Trabalhamos com autores como Stuart Hall, Zygmunt Bauman, Michel Foucault, Judith Butler, Avtar Brah, Paul Preciado e Richard Miskolci, dentre outros.

No terceiro capítulo, apresentamos justificativa, objetivos gerais, específicos e a metodologia. No capítulo seguinte, um estudo de caso descritivo, com base na investigação teórica, em conteúdo online e no jornal *Lampião da Esquina*. Será realizada uma análise comparativa de abordagens discursivas de representantes do movimento LGBTQ+ em dois momentos distintos: o primeiro, no ano de 1978, quando o movimento homossexual começava a se organizar para “sair do armário”; e o segundo, no contexto atual, com a ampliação do debate para as identidades de gênero. Finalmente, no capítulo final, tentaremos associar os conhecimentos teóricos com a análise dos conteúdos selecionados para desenvolver considerações, apontamentos e limitações.

A relevância deste trabalho é para contribuir no conhecimento de acertos e erros do passado e, com isso, incentivar reflexões e mudanças das estratégias de militância e de posicionamento enquanto sujeito social. A representatividade exige mais do que somente estar presente. É preciso ter consciência desse lugar de fala e do que ele representa.

Não é só close, é luta.

2 E OLHA SÓ COMO O JOGO VIROU

A Google divulgou em outubro de 2017 o dossiê “A busca por diversidade no Brasil”¹ no qual demonstra que as buscas sobre temas relacionados à diversidade no país cresceram 30% no último ano. O documento trata como diversidade a representatividade da expressão individual que contemple uma visão de pluralidade que se expande nas esferas religiosa, biológica, linguística, étnica, social e sexual. Dentro desse universo, houve um crescimento médio de 260% das visualizações dos conteúdos sobre LGBT+², feminismo e racismo nos seis meses que antecederam o documento. Somente as buscas pelo termo “transgênero”, por exemplo, aumentaram 123% no referido ano. E as pesquisas sobre feminismo aumentaram mais de 200% em dois anos. Esses resultados indicam, segundo a Google, que assuntos antes restritos aos círculos privados ganharam pauta nas esferas política e social.

O dossiê celebra a solidificação do Youtube como plataforma fundamental para a discussão da diversidade em suas diferentes esferas. Ela abre espaço para que pessoas comuns falem sobre suas vivências de forma mais abrangente. Forma-se um espaço para se dizer o que pensa, incitar discussões e ser ouvido por um público que procura por representatividade e reconhecimento de experiências de vida que, muitas vezes, não encontra nos meios de comunicação mais tradicionais.

Esses resultados mostram indícios da importância da internet para a ascensão do movimento de luta das “minorias” por direitos de inclusão nos espaços e políticas públicas. E não apenas no campo virtual, mas também em meios de comunicação tradicionais, a inclusão responsável da tal “diversidade” se tornou tema quase obrigatório. Não é necessário se atentar a pesquisas para perceber que a inclusão desses temas impulsionou importantes reestruturações no jornalismo, na publicidade e na televisão.

Com o objetivo de analisar o papel da mídia brasileira na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero, Colling (2012) faz uso dos conceitos de *agenda-setting* e *framing*, ambos relacionados ao poder da imprensa e úteis para a discussão que aqui se propõe. Segundo o autor,

¹ Disponível em <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/dossie-brandlab-diversidade/>.

² A sigla LGBT+ inclui Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e queer (ou qualquer pessoa que não se identifica com os anteriores). É importante ressaltar que sempre que falarmos da sigla LGBT+, tenhamos a consciência de que dentro de cada uma dessas identidades representadas pelas letras, existem múltiplas subjetividades em constante (re)descoberta e que, portanto, não se unificam em torno de uma identidade reducionista.

os estudos da *agenda-setting* observam como e quais os temas passam a fazer parte das conversas e preocupações particulares e públicas. No entanto, ainda segundo ele, há de se relativizar esse agendamento, uma vez que o público também tem o poder de agendar o conteúdo da mídia. Em contrapartida, o *framing* analisa a profundidade do conteúdo dos temas agendados na cobertura midiática, que varia em níveis do mais superficial ao mais completo.

Para a cobertura da imprensa sobre as questões LGBTQ+, em específico, o autor analisa que o tema, pela ótica do agendamento, passou a ser pautado em reportagens e notícias nos últimos anos e que, conseqüentemente, “passou a fazer parte das conversas das pessoas e debates públicos e de algumas, ainda incipientes, políticas públicas” (COLLING, 2012, p.112). Já se observado o conteúdo da cobertura midiática, segundo o autor, o enquadramento é restrito com viés para interpretações hierarquizadas. Por fim, no que concerne à questão de qual seria a cobertura ideal, o autor não se limita a ditar uma receita a ser seguida, mas, em contrapartida, aponta direcionamentos para que a mídia trabalhe em prol da diversidade sexual e de gênero. As suas problematizações caminham de encontro às bases gerais do pensamento queer, que serão discutidas mais à frente.

A internet potencializou um movimento de consciência social em busca da desconstrução de (pre)conceitos historicamente adotados. São vozes diversas, que nem sempre atuam em movimentos sociais, mas que observam e reagem em prol da inclusão consciente da diversidade. De 2017 até o primeiro semestre de 2018, há vários possíveis estudos de caso para pensarmos acerca do aumento de visibilidade dos assuntos de diversidade sexual e de gênero.

2.1 A REPRESENTATIVIDADE EM PRODUÇÕES CULTURAIS

No último ano, a performatividade fluida de gêneros e a quebra de estereótipos normativos chamou a atenção ao conquistar um espaço representativo na música popular brasileira. Artistas como Pabllo Vittar, Gloria Groove, Lia Clark, Mulher Pepita, Aretuza Lovi, Liniker, Johnny Hooker, Linn da Quebrada, Rico Dalasam, Jaloo, Triz e As Bahias e a Cozinha Mineira. São diferentes expressões de gênero cantadas em um cenário majoritariamente dominado por artistas cisgênero³ e heterossexuais. São vozes nacionais da comunidade LGBTQ+

³ Pessoas cisgêneros se identificam com o seu sexo biológico, ou seja, nasceram com o sexo masculino e se identificam como homens ou com o sexo feminino e se identificam como mulheres. Já os transgêneros não se identificam com o seu sexo biológico. Eles podem ser binários: os que nasceram com o sexo masculino, mas se identificam como mulheres ou nasceram com o sexo feminino mas se identificam como homens; ou não-binários:

ascendendo como símbolos de representação para uma massa consumidora de cultura pop que, tradicionalmente, oferece esse cargo para as “divas” internacionais.

Entre acertos e falhas, a televisão brasileira também tem acenado cada vez mais para a conscientização e respeito às diferenças de uma forma mais politizada e desassociada do humor e da chacota. Em 2017, a novela “A Força do Querer” de Glória Perez foi a primeira no Brasil a mostrar o processo de transição de um personagem transgênero. Da insatisfação com o próprio corpo, ao entendimento do gênero como construção até as mudanças corporais desenvolvidas; acompanhadas pelos conflitos nas relações familiares e sociais. Um tema complexo e ainda desconhecido em suas subjetividades – e com as ressalvas de um trabalho romantizado de um roteiro de novela - atingiu um público tradicional do horário nobre da Globo. E podemos supor a probabilidade de que a novela seja uma das responsáveis pelo aumento das buscas pelo termo “transgênero” citado pela pesquisa da Google.

À medida em que os debates sobre diversidade sexual e de gênero crescem na internet e na agenda social, as estratégias de comunicação e marketing de marcas tentam absorver cada vez mais o diálogo com esses temas. São muitos os exemplos para possíveis estudos de caso, mas vamos destacar aqui duas campanhas recentes que colocaram em discussão a construção cultural normativa das expressões de gênero binárias homem/mulher.

A campanha para o Dia das Crianças da OMO intitulada “Comunicado urgente para pais e mães”⁴ convocava os mesmos a “fazerem recall de todas as brincadeiras que reforcem clichês sobre gênero”, uma vez que meninos e meninas poderiam transitar pelas atividades que na nossa cultura são impostas como exclusivas de um ou de outro. O texto defendia que meninas também poderiam “ter acesso a fantasias de super-heróis, bloquinhos de construção, carrinhos velozes e dinossauros assustadores”. Já os meninos deveriam poder “brincar de casinha, gostar de castelos, trocar fraldas de bonecas e ter uma incrível coleção de panelinhas”. Tudo a favor de “se divertirem sem se preocupar com cores, regras ou padrões”.

Já a campanha “Repense o Elogio”⁵ da Avon põe em discussão o poder das palavras no desenvolvimento e na diferença de papéis sociais para meninos e meninas. Assim, além de fortes e corajosos, meninos devem ser incentivados a serem sensíveis, amorosos. E meninas,

peças que não se identificam nem como homens nem como mulheres. Os gêneros não-binários se caracterizam pela fluidez, pela ambiguidade e por composições mistas de elementos tanto do masculino quanto do feminino com outros completamente diferentes dos dois extremos.

⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CKqCidMktkY>.

⁵ Disponível em <http://www.repenseoelogio.com.br/>.

além de lindas e princesas, podem ser fortes, corajosas e inteligentes. A campanha também coloca em pauta temas como a divisão de brincadeiras entre meninos e meninas, os padrões de beleza que desde muito cedo são impostos e o racismo excludente.

Ambas as campanhas propõem uma quebra dos valores tradicionais e culturalmente aceitos como naturais sobre o que é ser masculino e feminino. Logo, não foram bem recebidas por um público que acusa tais discursos de progressistas ou “políticas da esquerda”. Ambos os vídeos e as marcas foram vítimas de uma campanha virtual de *dislikes* e boicote, além dos comentários de ódio.

As ameaças de boicote às empresas que entram em temas que fogem dos padrões da moralidade patriarcal-hétero-cristã se tornaram recorrentes. Nesse contexto, o posicionamento e as políticas internas das marcas se tornam cruciais para mostrar se elas têm credibilidade como aliadas da luta ou se apenas estão interessadas no *pink money*⁶.

2.2 A INVENÇÃO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Na mesma proporção com a qual a visibilidade das “minorias” aumenta, também cresce a reação de grupos conservadores. Se de um lado vemos uma maior aceitação e receptividade à pluralidade; de outro há a ascensão de um discurso repressivo e de propaganda da moralidade tradicional. O poder da religião na política brasileira tem impedido avanços de pautas progressistas. Com o argumento tradicional de “proteger a família”, valores baseados numa moral cristã são incansavelmente reforçados por líderes que utilizam de seu poder político, religioso e/ou social para estabelecer um clima de ódio ao inimigo comum.

Sobre essa questão, Paul Preciado desenvolve no artigo “Quem defende a criança queer?”⁷ a ideia de que a reação contra os direitos dos homossexuais é o produto de uma natureza e lei moral que coloca a heterossexualidade como norma. E a norma, segundo ele, é

⁶ O poder de compra dos LGBT+ – o “*pink money*” – movimenta um mercado considerável baseado no discurso “*gay friendly*”. Segundo dados da pesquisa “Brazil 2017 Report – Out Now Global LGBT2030 Study”, da empresa de consultoria europeia OutNow, o Brasil abriga uma das maiores e mais dinâmicas comunidades LGBT+ do mundo. Os dados avaliam que há cerca de 9,5 milhões de adultos brasileiros que são LGBT. Desses, cerca de 5,7 milhões compõem o mercado LGBT+ total (considerando os que estão acessíveis pela internet). A pesquisa mostra alguns valores que representam o gasto anual médio desses consumidores: R\$ 9,5 bilhões em vestuário; R\$ 1,75 bilhão em roupas íntimas e roupas de grife; R\$ 5,5 bilhões em calçados; R\$ 3,5 bilhões em entradas para concertos, cinema e teatro; R\$ 488 por pessoa anualmente em livros.

⁷ Disponível em <http://revistageni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer/>.

utilizada por uma “polícia do gênero” para justificar a exclusão, a repressão e a violência a todas as formas de dissidência.

Becker (2008) denomina os criadores e impositores de regras como “empreendedores morais” em uma cruzada para impor sua própria moral aos outros. Segundo o autor, a criação de um novo conjunto de regras visa uma cruzada bem-sucedida até que se institucionalize organizações de impositores dessas regras. Há, portanto, uma campanha de convencimento sobre a necessidade moral da nova regra, demonstrando que o problema existe e deve ser combatido. Em um segundo movimento, há a necessidade de demonstrar que a imposição das regras morais é eficaz no combate ao mal enfrentado. Ainda segundo o autor, o produto desse empreendimento moral é a criação do desvio – “um erro publicamente rotulado” (BECKER, 2008, p.167) - e o sujeito não-conforme deve ser identificado e estigmatizado.

Miskolci (2007) usa o conceito de pânicos morais para comentar a criação de medos sociais “à uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um status valorizado como a família ou o casamento” (MISKOLCI, 2007, p.112). Ainda segundo ele, a modernidade gera uma percepção de que se vive em uma sociedade exposta frequentemente a perder seus valores morais do passado e que, devido a isso, surgem os aparatos de controle social ou, mais especificamente, dos “desviantes”. O que estrutura os pânicos morais, segundo o autor, são jogos de interesses das lutas entre grupos sociais, valores e normas e catalisam medos que já são previamente compartilhados no coletivo. Logo, ele afirma que todo pânico esconde um contexto por trás – que pode ser o interesse de grupos de poder - e que se deve investigar quais e para quem são os ganhos de quando um assunto é considerado perigoso para a sociedade. A compreensão do dispositivo de produção dos pânicos morais oferece condições para compreender “o comportamento coletivo diante das pressões por mudança social que se intensificaram e parecem mais rápidas a cada dia” (MISKOLCI, 2007, p.117) e explicitar como essas transformações são associadas a ameaças.

Se pensarmos nesses termos, as crescentes discussões em torno dos movimentos feministas e LGBT+ nos últimos anos se transformaram em uma ameaça potencial no imaginário de uma parte da sociedade brasileira. Em discussões de diversos contextos, grupos políticos e religiosos conservadores foram responsáveis pela tensão criada em torno do que denominaram “ideologia de gênero”. Contextualizaram o gênero como um objeto de imposição, uma obscenidade, praticamente um palavrão.

Miskolci e Campana (2017) traçam uma genealogia do termo “ideologia de gênero” e retomam contextos histórico-políticos nos quais ele foi utilizado. Segundo eles, a luta contra o que empreendedores morais denominam de “ideologia de gênero” se sustenta a partir de textos e documentos de reação da Igreja Católica à sustentação de uma agenda feminista a partir da Conferência de Beijing, de 1995. Nesse evento, das Nações Unidas, adotou-se a perspectiva de gênero para tratar os problemas estruturais da desigualdade que atinge a mulher. Criou-se, por parte da Igreja, um discurso de “contraofensiva político-discursiva poderosa contra o feminismo e sua proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p.726). Segundo os autores, essa contraofensiva daria origem ao posterior conservadorismo religioso de combate às perspectivas de gênero.

Em um segundo momento, os autores se atêm a um mapeamento das tensões e conflitos entre a Igreja Católica e governos de esquerda na América Latina, especialmente nos países sul-americanos que levaram, na década de 2010, à adoção desse termo. Eles sugerem que a luta contra a “ideologia de gênero” nesses países ganha força no início do milênio com a chegada de partidos de esquerda ao poder e, em especial, a partir de 2006, com a chegada de algumas mulheres à presidência. Por fim, sugerem que o empreendimento moral contra a “ideologia de gênero” está ligado aos interesses de grupos conservadores em manter o Estado como lugar predominantemente masculino e heterossexual e, com isso, afastar as “demandas de emancipação feminina e de expansão de direitos e cidadania àqueles e àquelas que consideram ameaçar sua concepção de mundo tradicional” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p.743).

No caso específico do Brasil, os autores analisam as iniciativas para promover a igualdade de gênero e combater a homofobia a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Eles retomam projetos governamentais como a Lei 122/2006 – destinada à criminalização da homofobia e que foi arquivada – e o “Brasil sem Homofobia”. Mas, segundo eles, houve um ponto crucial para que o termo “ideologia de gênero” passasse a fazer parte do contexto político nos conflitos entre progressistas e grupos conservadores. Foi a partir de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo. A partir daí, ocorreram episódios como a pressão contra o programa “Escola sem homofobia”, que foi, maliciosamente, chamado de “kit gay”.

Mais recentemente, o discurso da existência de uma “ideologia de gênero” é uma das grandes pautas do projeto Escola sem Partido e do MBL – Movimento Brasil Livre – e sua força foi responsável pela retirada das menções às expressões “identidade de gênero” e “orientação

sexual” da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O MBL é um dos grandes articuladores atualmente de discursos de ação contra a suposta ideologia. O movimento utiliza vídeos e páginas em redes sociais para articular seu plano de comunicação e projeto de poder político, invocando constantemente o atraente discurso dos “valores familiares e morais” para justificar suas ações. Em setembro de 2017, liderou as manifestações contra a exposição “Queermuseu – cartografias da diferença na arte brasileira”, promovida pelo Santander Cultural em Porto Alegre, que findaram no seu cancelamento antecipado. A curadoria reunia obras artísticas com a perspectiva queer da diversidade de expressão de gênero e foi acusada de pedofilia, zoofilia e blasfêmia a símbolos religiosos.

Em todas essas ações e discursos de grupos religiosos e políticos contra assuntos de gênero, o alvo mais contundente é a “proteção da inocência das crianças”. Voltando ao artigo “Quem defende a criança queer?”, Preciado descreve a criança como uma figura política e o discurso de proteção como um “dispositivo pedagógico perigoso” que age sobre um corpo sem força de resistência para garantir a normalização do adulto heterossexual.

Enquanto o medo da “ideologia de gênero” impede o avanço de discussões sobre a diversidade sexual e de gênero, o Brasil permanece como o país que mais mata pessoas LGBTQ+ no mundo. Segundo o Grupo Gay da Bahia, 445 LGBTQ+ morreram no Brasil em 2017 vítimas de homotransfobia: 387 assassinatos e 58 suicídios. O relatório⁸ do Grupo comenta que, segundo agências internacionais de direitos humanos, mais homossexuais são mortos aqui do que nos 13 países do Oriente e da África onde há pena de morte contra os LGBTQ. Esses números são diariamente acompanhados pelo site Homofobia Mata⁹. Nos primeiros cinco meses de 2018, já contabilizava 153 mortes.

⁸ Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>.

⁹ Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/>.

3 IDENTIDADE, EU QUERO UMA PRA VIVER

Para começarmos a entender a questão política da diversidade, vamos voltar à literatura para compreender a formação de identidades como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural” (CASTELLS, 2000, p.22).

Considerando, pois, que qualquer identidade é construída em contextos de relações sociais de poder, Castells (2000) distingue três formas e origens dessa construção para explicar como, a partir de quê, por quem e para que ela se dá. Seriam elas: a) identidade legitimadora: promovida por instituições dominantes com o objetivo de expandir seu poder de dominação; b) identidade de resistência: criada por indivíduos dominados por e para sobreviver a uma lógica dominante; c) identidade de projeto: construção de uma identidade que não apenas resista, mas busque por uma transformação na estrutura social. Segundo o autor, cada construção é um dispositivo que visa alcançar determinados benefícios e nenhuma delas se encerra em uma essência.

Bauman (2004) destaca a formação das identidades na modernidade como um campo de eterna negociação social. Isso porque, segundo ele, algumas interfaces da identidade do indivíduo são frutos da sua própria vontade enquanto outras vem de influências externas. O processo de formação da identidade segue, portanto, um caminho complexo de significação do “eu” e uma busca pela identidade social, através da qual o sujeito se sinta incorporado ao ambiente no qual vive (BAUMAN, 2012). Como resultado desse processo contínuo de reinvenção, um mesmo indivíduo seria capaz de acionar identidades múltiplas.

Ao considerar a questão da identidade como um processo de subjetivação, Hall (2000) trabalha com o conceito de identificação. Mas não a identificação como o reconhecimento de uma origem comum e de características compartilhadas. A identificação, nesse caso, seria “algo sempre “em processo”. Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre, “ganhá-la” ou “perdê-la”” (HALL, 2000). As identidades seriam, portanto, pontos de identificação e apego fragmentados e historicamente localizados, ou seja, temporários. Assim, a formação de “unidades” de identidade são consequências de jogos de poder e tem “capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto” (HALL, 2000, p.110).

Se a identidade é a afirmação de algo que se é, ela nega tudo aquilo que ela não é; e é nesse lugar do “não ser” que se encontra a diferença. Silva (2000) afirma que a identidade e a diferença são dependentes e resultados de atos de criação linguística; ou seja, não são uma natureza, mas sim atribuições de valores e sentidos culturais e sociais. Segundo o autor, cria-se um campo simbólico no qual uma identidade é afirmada como parâmetro para se avaliar e hierarquizar o “outro” que, com suas diferenças, torna-se uma ameaça constante de desestabilização. As relações de poder entre o “nós” e o “eles” criam, portanto, diferenciações que servem para incluir/excluir, classificar, demarcar fronteiras e normalizar.

Já Brah (2006) pondera que nem sempre a diferença pode ser lida como um marcador de hierarquia e opressão. Isso porque, segundo ela, algumas construções de discursos da diferença podem apresentá-la como relacional, contingente e variável. Logo, a questão mais contundente desse processo social é “saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política” (BRAH, 2006, p. 374).

3.1 SEXUALIDADE: DA REPRESSÃO À INCITAÇÃO AOS DISCURSOS

Até a década de 1960, a sexualidade era basicamente tratada como um componente natural do ser humano. Por isso, ela poderia ser analisada e explicada por áreas de conhecimento como a Biologia, a Medicina e a Psicanálise. Com os movimentos libertários dessa década, a sexualidade passa a ser estudada como um dispositivo histórico marcado e modificado por jogos de poderes. Em outras palavras, a sexualidade deixa de ser, portanto, uma natureza à espera de ser descoberta e conhecida e começa a ser entendida como um dispositivo histórico caracterizado por uma

grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1988, p.116-117)

No livro “História da sexualidade: a vontade de saber”, Foucault explicita dois momentos que marcam a genealogia da sexualidade. O primeiro, iniciado no século XVII, se caracterizou pela repressão ao discurso sobre a sexualidade. Condenada ao silêncio, não havia nada para se dizer e saber sobre ela. Já a partir do século XVIII, a repressão foi substituída pela

incitação aos discursos sobre o sexo. Torna-se um assunto de poder público sobre o qual se deve falar através de múltiplos aparelhos administrados por sistemas que os regulem. Através desses mecanismos regulados de discurso sobre o sexo, multiplicaram-se as condenações judiciais, definiu-se normas que caracterizaram todos os desvios possíveis e organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos. A especificação discursiva incorpora a sexualidade ao indivíduo e faz com que seja possível o combate das sexualidades periféricas; dentre elas, a homossexualidade. Cria-se, nesse momento, a figura do homossexual como “uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida” (FOUCAULT, 1988, p.50).

Além da legitimação da sexualidade nas dimensões social e política, o controle dos discursos sobre o sexo, segundo Foucault (1988), resultou na disciplina dos corpos, que foram submetidos a limitações e proibições. As múltiplas vivências da homossexualidade foram sintetizadas em uma identidade que passou a constituir uma ameaça “à manutenção dos valores e da moralidade responsáveis por toda uma ordem e visão de mundo” (MISKOLCI, 2007, p.105).

Louro (2000) disserta sobre o processo de produção de sexualidades “normais” através de dispositivos de poder. Ela sugere que as identidades de gênero e sexual parecem ser a referência mais segura para que o sujeito se represente nas modernas sociedades ocidentais. Devido a isso, parece mais difícil compreendê-las como fluidas e inconstantes, se comparadas com outras identidades que, socialmente, são mais aceitas como variáveis – como, por exemplo, a mudança de classe social.

Segundo a autora, o corpo se torna o receptor de “marcas” de identidades e das diferenças; e é através de como ele se apresenta e se expressa que aprendemos a classificar os sujeitos. Essas marcas seriam o resultado de um investimento de instituições sociais – tais como família, escola, mídia, igreja e lei – em uma pedagogia da sexualidade que atua “reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas” (LOURO, 2000, p.19). Como consequência, o sujeito que caminha entre essas instituições de poder desde criança, apreende marcas de referência que o formam dentro dos binários homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual.

A consequência mais contundente desses jogos de poder foi o estabelecimento da heterossexualidade compulsória como o padrão de vivência da sexualidade. Ela é compulsória pois é vista como algo natural, como a única opção. Na prática, o resultado é a

heteronormatividade, um modelo de vida heterossexual, familiar e reprodutivo; uma construção cultural imposta moralmente sobre todos. A homossexualidade, assim como qualquer dissidência que se afaste desse modelo, se tornam, pois, atitudes políticas, uma vez que devem lutar contra um sistema de violência simbólica, que nega sua existência pública e legítima (BOURDIEU, 2002).

3.2 O PENSAMENTO QUEER

O queer, teórica e politicamente, emergiu de correntes de pensamento pós-estruturalistas e dos “novos” movimentos sociais da contracultura na década de 1960. Dentre esses movimentos, a luta pelos direitos civis da população negra no Sul dos Estados Unidos, a chamada segunda onda do movimento feminista e o movimento homossexual foram os principais. Através deles, camadas da classe média e populares passaram a participar das lutas que questionavam os padrões morais e colocavam assuntos privados como de interesse político. A materialização da política e da Teoria Queer se dá na radicalização do movimento homossexual após o surgimento da epidemia de Aids em reação às ações conservadoras de governos, principalmente nos Estados Unidos.

O queer, em sua origem, é um termo pejorativo para insultar homens e mulheres homossexuais ou bissexuais. Na Língua Portuguesa, não há uma única palavra que seja capaz de traduzir toda a sua semântica. Na nossa linguagem popular, seria algo próximo de viado, boiola, bicha, sapatão, afeminado, etc. A intenção discursiva é sempre o xingamento, a abjeção. A assimilação do termo pelo novo movimento revela o seu direcionamento político.

Richard Miskolci, no livro “Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças”, aponta que o movimento gay e lésbico que emergiu nos anos 1960, era “marcado por valores de uma classe média letrada e branca, ávida por aceitação e até mesmo incorporação social” (MISKOLCI, 2012). O movimento se preocupava em mostrar que os homossexuais eram normais e respeitáveis por meio de uma retórica de defesa da homossexualidade, mas que aceitava os valores hegemônicos.

Já o movimento queer, segundo o autor, surgiu com foco “mais na crítica às exigências sociais, aos valores, às convenções culturais como forças autoritárias e preconceituosas” (MISKOLCI, 2012). Os queer se basearam, mais especificamente, na crítica às injustiças e

violências implicadas na imposição da heteronormatividade, que incidem tanto nos ajustados quanto nos “anormais”. Dentro da heteronormatividade, são aceitos até mesmo gays e lésbicas normalizados; enquanto os dissidentes, que deslocam o gênero dos códigos morais, são relegados às experiências da abjeção, da humilhação e do estigma coletivo. Portanto, o queer “representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2001, p.546).

Como diz Miskolci (2012), tanto o movimento feminista quanto o homossexual das décadas de 1960 e 1970, lutavam pela liberdade contra o poder repressivo, que opera na vertical. Como movimento político, o queer desloca o eixo de luta contra o poder que opera segundo a concepção da repressão para o que se impõe através de mecanismos disciplinadores. Ambos foram bem descritos por Foucault em “A história da sexualidade”, como já comentamos anteriormente.

3.3 NOTAS SOBRE O CONCEITO DE GÊNERO

Joan Scott analisa o gênero no texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Segundo a autora, há abordagens distintas utilizadas pelos historiadores: as mais descritivas, que constataam a existência de fenômenos, sem problematizá-los; e outras que teorizam sobre as causalidades desse fenômeno. No primeiro caso, o termo “gênero” provém da busca de legitimidade acadêmica dos estudos feministas nos anos 1980. Ele passou a substituir o termo “mulheres” e se mostrou uma estratégia de discurso mais objetiva e neutra - e de suposta menor ameaça - de reconhecimento político do feminismo. O termo “gênero” também passa a ser utilizado para caracterizar as relações sociais entre os sexos e inter-relacionar as esferas de estudo do mundo das mulheres ao mundo masculino. Além disso, ele passa a designar as relações sociais entre homens e mulheres, no sentido de evidenciar as imposições culturais dos papéis sociais para ambos os sexos. Neste sentido, o uso do gênero evidencia que ele é uma imposição social sobre um corpo sexuado, ou seja, “todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p.76).

As desigualdades entre homens e mulheres está institucionalizada na sociedade patriarcal. A dominação masculina, segundo Bourdieu (2002), é a consequência de um processo

que transforma a “história em natureza e o arbitrário cultural em natural”. A sua imposição sobre os corpos é o resultado do que o autor chama de violência simbólica, que tem seus princípios elaborados e impostos por instâncias como o Estado, a Família, a Igreja e a Escola. Por vias simbólicas de comunicação e conhecimento, a lógica da dominação torna-se conhecida e reconhecida tanto pelo dominante quanto pelo dominado. A força masculina se daria, pois, do fato de que “ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2002, p.33).

A abordagem histórica do gênero, segundo Scott (1995), teria, portanto, a responsabilidade de questionar os sistemas de significado das origens estruturais para as desigualdades entre as mulheres e os homens. Abordar o gênero de maneira política e relativa às estruturas das instituições levaria a compreender que “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p.88). É através do conceito de gênero que as relações sociais e o poder político têm sido legitimados.

Judith Butler, filósofa norte-americana e pós-estruturalista é uma das principais referências dos estudos queer. Para ela, o gênero é performativo, pois é o resultado de uma “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003 p.59).

Para Butler, deixa-se de ter gênero e passa-se a fazer o gênero. Logo, se o gênero é performativo, “não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora” (BUTLER, 2003, p.201); da qual também faria parte as noções essenciais de masculinidade e feminilidade. Em outras palavras, a performance é uma ação repetida de um conjunto de significados já estabelecidos e compartilhados por meio de um aparato discursivo, com a finalidade única de legitimação do gênero em sua estrutura binária. É um fenômeno que produz e reproduz o tempo todo a impressão do que é ser homem e do que é ser mulher. No conceito de performatividade, a identidade deixa de ser descritiva de algo já estabelecido e passa a ser um movimento de identificações.

Preciado (2014) ressignifica as construções sociais e psicológicas de gênero como mecanismos de produção de um sistema tecnológico mais amplo. Para ele, não só o gênero, mas o sexo e a sexualidade seriam tecnologias sociopolíticas complexas que reproduzem a

heterossexualidade – ela própria uma tecnologia social - como natureza nos corpos, espaços e discursos; através da reinscrição e repetição dos códigos nos corpos. Segundo ele, o gênero não seria simplesmente performativo, mas “antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos” (PRECIADO, 2014, p.29).

A contrassexualidade, proposta do autor, seria então uma análise crítica desse sistema e a substituição do que se entende por Natureza – que legitima a sujeição de certos corpos a outros - por um contrato contrassexual. Nele, “os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes” (PRECIADO, 2014, p.21). A contrassexualidade propõe a equivalência (não a igualdade) dos corpos falantes como forma de resistência ao dispositivo disciplinador da sexualidade. Se, segundo o autor, os próprios órgãos sexualizados como os conhecemos são produtos ressignificados pelo mecanismo tecnológico, “os trabalhadores do ânus são os novos proletários de uma possível revolução contrassexual” (PRECIADO, 2014, p.32).

Pelo exposto, a perspectiva queer de análise sugere uma política pós-identitária (LOURO, 2001) na qual se inserem pós-corpos (PRECIADO, 2014) livres de identidades normalizadas por dispositivos de poder. O rompimento dos sistemas binários de gênero e sexualidade não buscam a estabilidade em nenhuma outra expressão, mas sim o estranhamento, o ambíguo. Por fim, a política pós-identitária proposta por Louro (2001) carece da inserção de uma pedagogia de analítica queer num sistema de educação que é potencialmente normalizador. Para a autora, a prática pedagógica se mostra fundamental no combate à homofobia, uma vez que não apenas denuncia a marginalização de determinadas sexualidades e identidades de gênero; mas também desconstrói o processo através do qual se impõe a hierarquia de normalização.

3.4 PERSPECTIVAS DA DIVERSIDADE

Como vimos, nos anos 1960 e 1970 houve o florescimento dos estudos relacionados à homossexualidade. Eles tentavam demonstrar que a sexualidade era constituída culturalmente e, assim, gays e lésbicas eram indivíduos normais. No entanto, essa abordagem acaba por corroborar a hierarquia na qual a maioria das pessoas são heterossexuais e a homossexualidade está restrita em um grupo minoritário. Como tal, deveria conquistar o respeito e o reconhecimento da sociedade. Essa perspectiva trabalha com a concepção de diversidade em

uma lógica assimilacionista de convivência entre culturas, através da qual um grupo minoritário cultural procura se assimilar ao dominante. É uma retórica que mantém a cultura dominante intacta e o “outro” na posição de diferente, de marginalizado (MISKOLCI, 2012). Isso porque “tolerar é muito diferente de reconhecer o Outro, de valorizá-lo em sua especificidade, e conviver com a diversidade também não quer dizer aceitá-la”. (MISKOLCI, 2012, pg.46).

O pensamento queer, por sua vez, volta-se para uma perspectiva de valorização do processo de produção das diferenças. Deve-se reconhecer e explorar a diferença como algo múltiplo, não diverso. Isso porque “a multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças - diferenças que são irredutíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente” (SILVA, 2000, pg.9). Louro (2001) observa que essa perspectiva se diferencia da celebração multicultural¹⁰ que tolera a diferença como curiosidade exótica. O diferente deixaria de ser alheio ao sujeito e passaria a fazer parte de sua própria constituição.

Na política assimilacionista, os gestos “tolerantes” que parecem acolher as diferenças de gênero e sexualidade, acabam por manter os sujeitos na posição de “diferentes”. A integração da homossexualidade na sociedade não aconteceria sem que se pague um preço: afasta-se as divergências em prol de uma conciliação, da coexistência; ela pode existir, desde que se mantenha no seu lugar. A Teoria Queer contrapõe, pois, ao se preocupar com as necessidades de se “expressar uma estética, uma ética, um modo de vida que não se quer "alternativo" (no sentido de ser "o outro"), mas que pretende, simplesmente, existir pública e abertamente, como os demais” (LOURO, 2001, pg. 20).

A questão da aceitação da diversidade é uma perspectiva política que comunica a luta de indivíduos por direitos sociais que, historicamente, lhes foram subtraídos. E ela está intrinsecamente ligada à representatividade. Silva (2000), define a representação como um processo diretamente relacionado com a formação da identidade e da diferença. Se consideramos identidade e diferença processos simbólicos culturalmente produzidos, eles somente ganham sentido por meio da representação. É aquele que tem o poder de representar que vai definir a identidade e o que irá caracterizar o “outro”. Assim, a representação não é um

¹⁰ Multicultural é um termo discutido e questionado por Stuart Hall. Segundo ele, é um termo qualificativo que “descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade “original”. Já o termo “multiculturalismo” é substantivo e descreve uma série de estratégias políticas “adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais”. A assimilação cultural seria, segundo o autor, uma dentre as perspectivas do multiculturalismo. (HALL, 2003, pg.50).

simbolismo do real, mas sim “um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, 2000, pg.6).

Em processos de representação, a adoção de lógicas binárias irá sempre valorizar um dos polos em detrimento do outro. É quando ela cria uma identidade como parâmetro ideal de comparação. Como exemplo, seria aquele velho discurso do “pode ser gay, só não pode ser bicha”; é um espectro de avaliação no qual a rejeição cresce quanto mais se afasta do ideal. Ao criticar as estruturas de poder que suportam a formação das identidades e das diferenças, o pensamento queer também questiona esses sistemas de representação.

João Silvério Trevisan, no seu livro “Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade”, resume essa discussão no trecho:

A sociedade, tal como constituída, dificilmente poderá nos aceitar em seu seio – a menos que ela mude, coisa comprovadamente difícil; ou que mudemos nós – tal como já fizeram milhares de pessoas no decorrer da História. Essas são as duas alternativas possíveis. E digo por que a sociedade não pode nos engolir. Por mais que proliferem os bares, as danceterias, as saunas, os desfiles de moda, as peças/filmes/exposições e até mesmo os espaços na mídia, estaremos sempre sob vigilância estrita – porque somos basicamente condenáveis. Socialmente, vivemos num ilusório bolsão de tolerância. (TREVISAN, 2000, p.511)

4 OBJETIVOS E METODOLOGIA

No decorrer do século XX, as identidades se fragmentaram. Segundo Hall (2005), o sujeito de identidade fixa e estável do Iluminismo foi “descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno” (HALL, 2005, pg.46). O sujeito pós-moderno ampliou seu conhecimento de mundo e deslocou questões subjetivas do âmbito privado para o político. No mundo pós-moderno, inflam-se cada vez mais os discursos pela busca da autenticidade, da expressão individual. A unificação e a rotulação que impunham as identidades tradicionais têm sido substituídas pelos discursos de incentivo à pluralidade, ao “ser diferente”.

No entanto, a homossexualidade ressurgiu de tempos em tempos, em determinados contextos políticos e culturais, como uma ameaça ao bem-estar coletivo. Como resposta, formam-se contradiscursos a seu favor. Nesses contextos, tornam-se comuns os diálogos entre movimentos artísticos e causas políticas. Na falta de um coletivo propriamente queer no país, a resistência contra o conservadorismo e o fundamentalismo religioso se dá em múltiplos espaços, físicos e virtuais, nos quais emergem artistas e coletivos ativistas produzindo contradiscursos (COLLING; SOUSA; SENA, 2017).

Colling, Sousa e Sena (2017) utilizam o conceito de ativismos para definir as relações complexas e polêmicas entre a arte e política. Os ativismos teriam uma natureza estética e simbólica que age como ato de resistência, reivindicação social e subversão que “amplifica, sensibiliza, reflete e interroga temas e situações num dado contexto histórico e social, visando a mudança ou a resistência” (RAPOSO, 2015 apud COLLING; SOUSA; SENA, 2017, p.196). Os autores sublinham que, para além da resistência, a emergência desses ativistas tem como pano de fundo o grande crescimento dos estudos sobre gênero e sexualidade; a massificação do uso de redes sociais e da mídia em geral em prol da temática LGBTQ+; a diversificação cada vez maior de identidades e o que eles chamam de “valorização da feição, da não adequação às normas (corporais e comportamentais)” (COLLING; SOUSA; SENA, 2017, p.197). Os autores salientam que os cruzamentos entre arte e política promovidos pelos ativistas não são recentes e são trabalhados de formas tão diversas quanto as subjetividades são fluidas. Mas destacam alguns pontos comuns que, para os objetivos deste trabalho, vale a citação:

1) priorizam as estratégias políticas através de produtos culturais, pois entendem que os preconceitos nascem na cultura e que a estratégia da sensibilização via manifestações culturais é eficaz para produzir outros processos de subjetivação; 2) criticam a aposta exclusiva nas propostas dos marcos legais, em especial quando elas reforçam normas ou instituições consideradas disciplinadoras das sexualidades e dos gêneros; 3) explicam as sexualidades e os gêneros para além dos binarismos, com duras críticas às perspectivas biologizantes, genéticas e naturalizantes; 4) entendem que as identidades são fluidas e que novas identidades são e podem ser criadas, recriadas e subvertidas permanentemente; 5) rejeitam a ideia de que, para ser respeitado ou ter direitos, as pessoas devam abdicar de suas singularidades em nome de uma “imagem respeitável” perante a sociedade; 6) e, como já destacamos, parecem mais conscientes da necessidade de interseccionar as suas lutas com vários outros marcadores sociais das diferenças, a exemplo de questões étnicas, de classes, gerações, níveis de escolaridade, capacidades corporais, territorialidades, etc. (COLLING; SOUSA; SENA, 2017, p.197-198)

Sabemos das demandas históricas de lutas da comunidade LGBTQ+ na exigência de direitos sociais, institucionalizados por políticas públicas. No entanto, como movimento marginalizado, excluído e violentado pela ideologia dominante, ele também precisa incomodar de outras maneiras. Ocupar espaços que antes lhes foram rejeitados, criar estratégias mais amplas de comunicação e dar visibilidade para as diferentes experiências de gênero. Vamos trabalhar com a hipótese de que, no Brasil, os espaços de expressão artística se tornaram lugares fundamentais para a produção de contradiscursos que contestam as estruturas ideológicas e impulsionam mudanças políticas.

O tema da diversidade está em alta em veículos de comunicação e cada vez mais vem sendo adotado por empresas que abraçam discursos a favor da causa. A busca por inclusão e representatividade se tornou elemento de diferenciação e diálogo com parte significativa da sociedade. Mas como um processo ainda novo e complexo, há de se investir em um aprendizado constante, que legitime as ações de maneira autêntica. Levantar a bandeira da diversidade pouco ajuda se não for transformada em atitudes práticas.

Portanto, o objetivo geral do nosso trabalho é refletir sobre a importância da representatividade. Como vimos no capítulo anterior, a representação é um processo diretamente relacionado com a produção de identificações e de diferenças. Temos um histórico de estereótipos negativos criados pela cultura popular que denigrem a imagem e incentivam a violência contra pessoas LGBTQ+. E violência não apenas física, mas sobretudo, a psicológica, que acompanha o indivíduo por toda a vida. As novas discussões sobre representatividade estão intrinsicamente ligadas ao surgimento de novas pautas, de minorias dentro das minorias. Mas falar sobre essa diversidade de temas é algo delicado e exige conhecimento de causa.

Mais especificamente, vamos analisar contradiscursos produzidos por representantes do movimento LGBT+ na grande mídia, considerando que é por meio deles que se inicia o processo de desnaturalização dos preconceitos. Tomando como amostras figuras da música popular; vamos verificar quais suas percepções sobre a militância, sobre a relação entre vida privada e política, sobre a configuração de seus trabalhos em seus papéis artístico e social.

Para pensarmos o contexto atual, vamos antes voltar há exatos quarenta anos quando, com a influência de movimentos internacionais, o movimento homossexual brasileiro começava a se organizar para “sair do armário” e pedir respeito à sociedade. Para tal, apresentaremos um estudo de caso que propõe uma análise comparativa dos dois contextos sociais.

Como procedimentos metodológicos, adotamos uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter descritivo. Para a coleta de dados, utilizamos pesquisa documental, em artigos científicos e em materiais publicados na internet. Para a investigação do material selecionado, será realizada a análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977), o que se designa sob o termo análise de conteúdo é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Após a revisão da literatura, optamos por analisar o início da organização do movimento homossexual, nos anos 1970, através do jornal *Lampião da Esquina*. Todas as suas edições estão digitalizadas e disponibilizadas online¹¹. Após uma leitura preliminar de todo o material, convenciamos em direcionar nosso foco apenas ao primeiro ano de existência do jornal, o que corresponde às primeiras doze edições (de abril de 1978 a abril de 1979). Essa escolha se justifica para equivaler ao período analisado do contexto atual. Foram analisados materiais recolhidos online e publicados no último ano (de fevereiro de 2017 a maio de 2018).

¹¹ Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>.

5 DO LAMPIÃO DA ESQUINA A PABLO VITTAR: UM ESTUDO DE CASO

- De repente, um outro cara aparece, ajoelha-se no asfalto, ajoelha-se. Apanha a cabeça do atropelado e dá-lhe um beijo na boca¹².

O trecho acima é da peça “O Beijo no Asfalto” (1960), de Nelson Rodrigues. Arandir beija, em público, a boca de um homem que havia acabado de ser atropelado e estava à beira da morte. O personagem torna-se, então, vítima de uma campanha difamatória iniciada por um repórter sensacionalista e um delegado corrupto. A “imoralidade” do seu ato faz de sua vida um inferno.

A peça é um retrato dos tabus burgueses quanto à homossexualidade àquela época. O tema, quando abordado pela grande imprensa, era assunto secundário e negativo. Mesmo publicações da chamada imprensa alternativa, ou “nanica”, tinham abordagens de cunho machista, homofóbico e depreciativo. O golpe militar de 1964, fortalecido em 1968 pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), atrasou a chegada do pensamento moderno ao país. Os anos de censura e perseguição política abafaram os movimentos artísticos inspirados pela contracultura. Por alguns anos, reinaram as pessoas da sala de jantar¹³.

Os movimentos sociais que estavam em ebulição nos Estados Unidos e na Europa começaram a chegar por aqui somente no fim da década de 1970, com a abertura política “lenta, gradual e segura”. A urgência da modernização e o surgimento de movimentos de liberalização, como a própria revolução sexual, caracterizaram os anos 1970 como o período do “desbunde” ou “desbum”.

Alguém desbundava justamente quando mandava às favas – sob aparência frequente de irresponsabilidade – os compromissos com a direita e a esquerda militarizadas da época, para mergulhar numa liberação individual, baseada na solidariedade não-partidária e muitas vezes associada ao consumo de drogas ou à homossexualidade (então recatadamente denominada “androginia”). (TREVISAN, 2000, p.284)

¹² Trecho retirado da peça “O Beijo no Asfalto”, de Nelson Rodrigues. Disponível em:

http://www.kbook.com.br/livraria/wp-content/files_mf/obeijonoasfaltoneilsonrodrigues.pdf.

¹³ Referência à música “Panis et Circenses”, de 1968.

5.1 LAMPIÃO DA ESQUINA: DOS ENTENDIDOS PARA AS BICHAS

Foi esse o contexto propício – ao mesmo tempo, de muitas incertezas - para a criação do *Lampião da Esquina*, um jornal homossexual dentro da chamada imprensa alternativa. Reuniram-se em seu Conselho onze jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais do Rio de Janeiro e São Paulo com a proposta de discutir temas relacionados às “minorias”. Sua primeira edição (que foi chamada de experimental) foi publicada em abril de 1978. Com publicação mensal, foram 37 edições – além de 3 extras - até junho de 1981.

Segundo Trevisan (2000), antes do *Lampião*, a tentativa mais recente de uma imprensa gay brasileira foi feita pelo jornalista Celso Curi na “Coluna do Meio”, publicada no jornal *Última Hora*, de São Paulo. Curi se dedicava ao colunismo social direcionado aos gays e promovia, por exemplo, sessões de correio elegante. Por esse trabalho, foi acusado e processado por ofensa à moral e aos bons costumes e por incentivar a homossexualidade. Essa ação, que ficou conhecida como o primeiro processo contra a homossexualidade na história do Brasil, é o grande destaque da primeira capa do *Lampião* com o título “Celso Curi processado. Mas qual é o crime deste rapaz?”¹⁴.

Ao ler a curta biografia dos “Senhores do Conselho” (Edição Experimental, 1978), percebemos aquilo que Miskolci (2012) havia descrito: o nascimento do movimento homossexual no Brasil estava nas mãos de uma elite burguesa intelectual. Fato que também pode ser observado nos vocábulos utilizados no *Lampião* para referenciar grupos do “mundo guei¹⁵”. A principal divisão que se faz é entre os “entendidos” e as “bichas”. Um leitor descreve na carta “Quem está com a bandeira?” (Edição 4, 1978) os “entendidos” como pessoas que se autodenominam assim e “pertencentes à classe média (embebida dos preconceitos burgueses), e que se recusam a ser chamados de bicha”. Esses, continua o leitor, “têm, para si, este valor sexual “invertido” e assumem todos os outros valores do sistema, da sociedade vigente”. Por outro lado, as “bichas” são aqueles gueis que “irritam e enjoam os entendidos [...] são pessoas originárias de uma classe social mais baixa e oprimida, onde as artificialidades da burguesia não atingiram tanto, os preconceitos não se arraigaram tanto, e nem há tantas informações culturais, de padrões e valores que possam criar uma estrutura capaz de aguentar por mais tempo

¹⁴ Ver em Anexo 1.

¹⁵ A palavra “guei” ainda não estava americanizada e será usada em nosso trabalho com essa grafia quando estiver no contexto do jornal.

a repressão vigente”. Além disso, o mesmo leitor reivindica a vanguarda do movimento homossexual para esse “tipo de guei”, uma vez que “foram as pioneiras, as cuspidas e repudiadas, que impuseram, dada sua ousadia, a existência do homossexualismo¹⁶ à sociedade”. Nesse ponto, podemos levantar a dúvida quanto essa isenção dos gays de classe social mais baixa na constituição do preconceito.

O jornal inova e ressignifica todo o léxico de uma linguagem chula e pejorativa contra os homossexuais. Tem o guei fresco, a bicha louca (“uma caricatura de mulher”), a boneca (“o guei cheio de ai, ai, ai, chamando todo mundo de queridinha”), o guei afetado. Todos os termos usados de forma a esvaziar o preconceito que vem de fora, mas é perceptível como ainda demarcavam um preconceito separatista dentro do meio homossexual.

O editorial “Saindo do gueto” (Edição Experimental, 1978) justifica a existência de um jornal homossexual como estratégia para “esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana”. Tirar o homossexual do gueto significaria desmistificar a sua imagem de indivíduo que vive nas sombras e que se auto recrimina por sua sexualidade. Ainda segundo o texto, “uma parte estatisticamente definível da população brasileira”, caracterizada como minoria oprimida, precisava de voz para se assumir, para ser aceita e lembrar à sociedade que é humana.

Para atingir esses objetivos, o foco principal seria a constituição de uma consciência coletiva homossexual ou, em outros termos, um movimento cultural organizado. A emergência de grupos homossexuais no país cumpria a necessidade de combater a desinformação através do próprio conhecimento de causa de uma cultura até aquele momento reprimida. No artigo “Qual é a da nossa imprensa?” (Edição Experimental, 1978), a “bicha” daquele contexto é descrita como “um tipo ideal de homossexual conscientizado de sua verdadeira realidade sexual” que atende a necessidade de “buscarem um modelo de identidade a ser aceito pela sociedade”. Em “Apelo ao jovem guei” (Edição Experimental, 1978), um leitor demonstra preocupação com a “americanização de nossa homofilia” e incita a discussão sobre “o que faremos para nos integrarmos ao movimento homofílico mundial?”.

Trevisan (2000) destaca que, em paralelo ao surgimento do Lampião, iniciaram-se reuniões de grupos homossexuais interessados na formação de uma identidade como grupo

¹⁶ Naquele contexto, a homossexualidade constava na lista internacional de doenças mentais da Organização Mundial da Saúde (OMS), da qual só foi retirada em 1990; logo, o sufixo “ismo” denota essa condição. E é assim que aparece escrita no jornal. Sabe-se hoje que o termo correto é “homossexualidade”.

social para a autogestão e a autoconsciência de seu próprio corpo e sexualidade. Começava-se a delinear a práxis política de um movimento ainda sem “consistência ideológica”. O incipiente Movimento de Libertação Homossexual “buscava contestar a própria questão do poder, ciente de que nossa sexualidade (nossa terra de ninguém) estava sofrendo um controle social inerente a qualquer forma de poder disputado e conquistado” (TREVISAN, 2000, p.341). É o que Foucault (1988) chama de discurso de reação, que surge como consequência dos controles das “perversidades”: a homossexualidade passa a falar por conta própria, em busca de sua legitimidade ou naturalidade.

Para a direita conservadora, a homossexualidade era condenada segundo os códigos morais. Para a esquerda, qualquer luta que se desalinhasse da “luta maior” de tomada do poder através da luta de classes, era considerada inoportuna naquele momento, uma vez que seria resolvida com a revolução. Sob essa ótica, duas entrevistas fizeram história no *Lampião*. Em “Fernando Gabeira fala, aqui e agora, diretamente dos anos 80” (Edição 18, 1979), ele diz: “Ora, se uma pessoa está pensando na sua felicidade sexual, ela não pode esperar 70 anos para ter um orgasmo quando a esquerda fizer a revolução. Já em “Alô, alô, classe operária: e o paraíso, nada?” (Edição 14, 1979), o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio Lula da Silva, soltou uma das maiores pérolas do *Lampião*: “Homossexualismo na classe operária? Não conheço”.

A homossexualidade reprimida e protegida no âmbito privado estaria agora supostamente ameaçada com a existência de um jornal porta-voz do movimento. Em “Sem essa de entregação” (Edição 1, 1978), o colunista relata a paranoia após o lançamento. “Algumas pessoas, principalmente os astros da novela das sete da TV Globo, manifestaram seu temor sobre alguma possível entregação por parte de *Lampião*”.

Assumir-se homossexual começa a ser ressignificado como ato político de orgulho e libertação. Um leitor questiona “Assumir o quê?” (Edição 1, 1978) e argumenta que a atitude “constitui-se no mais sutil endossar dos interesses da sociedade patriarcal, pois, o 'assumir' acaba reforçando a ideia de que pessoas que transam com pessoas do mesmo sexo são realmente diferentes, assim garantindo o comportamento 'normal' dos outros”. A resposta do jornal aparece na edição seguinte (Edição 2, 1978) enumerada com doze motivos positivos para “o processo de aceitar com naturalidade a condição de homossexual, sem alardeá-la, mas sem escondê-la”. Basicamente, a proposta é romper o silêncio que mantém a homossexualidade sob

domínio. O deslocamento seria no sentido de “assumir o prazer como um dos direitos fundamentais do homem”¹⁷ e, portanto, deve-se praticá-lo quando e da forma que se queira.

A imposição do silêncio criara todo um imaginário popular sobre o homossexual. Um ser folclórico, exótico e, na maioria das vezes, um perverso intrinsecamente ligado ao sexo. Uma leitora (Edição Experimental, 1978) afirma que não é gay, mas elogia a criação do Lampião, pois adora “conversar com pessoas gays”. Ela pede que se publique fotos de uma travesti “que sai quase nua na Beija-Flor” e questiona se é verdade que ela não pode ser identificada como homem na televisão. Para finalizar, pergunta: “Vocês vão publicar fotos de rapazes em trajes de Adão, como fazem os jornais gays norte-americanos?”. Outro leitor sugere a criação de “uma espécie de “guia quatro rodas” do nosso universo paralelo” para se “saber o que fazer em uma determinada cidade, em que locais ir com segurança, como agir, etc”.

Podemos dizer que o primeiro ano de publicação do Lampião se baseou em três funções: conscientização, visibilidade e troca de experiência. Mas, como ele mesmo se denominou, era um “jornal para os entendidos”. Com a ânsia de sair do gueto e se integrar na sociedade, parece persistente em provar que o homossexual, apesar de sua “condição”, é inteligente. Assim, as doze edições analisadas produziram uma pedagogia sobre a homossexualidade. Nas palavras de um leitor¹⁸, “tem uns artigos publicados no jornal, meu Deus do céu. É como se vocês estivessem dando aulas pra gente. Atenção, meninas, aprendam com a gente, que nós sabemos tudo”. Ele ainda questiona “E o povão? Eu acho que vocês deviam fechar mais com o bicharú, para não parecer um jornal muito elitista. Afinal, vocês podem ser até todos muito granfinos, mas o jornal não pode dar bandeira sobre isso. Onde estão os travestis? Por que não tem uma no conselho de Lampião?”.

A situação muda aos poucos. Surge uma coluna chamada “Bixórdia”, espécie de colonismo social – do qual o jornal parecia fugir no início. Há inserções de erotismo homossexual, como os ensaios fotográficos com nu frontal. E os assuntos foram se tornando mais leves, até quase atingir um nível sensacionalista em suas edições finais. E o Lampião se abriu ao ativismo, com inserções mais constantes de reportagens que tentavam compreender sobre as lutas das outras “minorias”.

Podemos considerar que a reportagem “Negros, mulheres, homossexuais e índios nos debates da USP: felicidade também deve ser ampla e irrestrita” (Edição 10, 1979) marca essa

¹⁷ Em “Para o Brasil do ano 2000, os “bons costumes” do século XIX” (Edição 9, 1979).

¹⁸ Em “O povão, onde está o povão?” (Edição 4, 1978).

transição. Nas palavras da reportagem, foi a primeira vez no Brasil que as lésbicas e as bichas reivindicaram o prazer como direito, “com alusões concretas inclusive ao prazer anal como direito de cada um sobre o próprio corpo”. Segundo Trevisan (2000), o evento na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, no dia 8 de fevereiro de 1979, foi a estreia do então incipiente movimento homossexual em um debate público. Ao seu término, ficou a certeza de que a “luta estava finalmente na rua. Emocionados e nos beijando em público, já não sentíamos nenhum pudor ideológico” (TREVISAN, 2000, p.344). Ainda segundo o autor, o resultado do debate na USP foi a consolidação do Somos¹⁹ e a eclosão de inúmeros outros grupos ativistas.

5.2 O LACRE É LUCRO

Trevisan (2000) aponta que para o caso do tardio progresso político e cultural do Brasil, a modernidade reduz-se facilmente a última moda. No país, é justamente nos anos 1970 que se consolida um mercado de bens culturais²⁰. Logo, o movimento de libertação homossexual encontrou facilidade para se impor através do consumo. O próprio Lampião se fertiliza nesse terreno de ideias modernas que dão luz ao homossexual como uma personagem repleta de curiosidades a serem desvendadas.

Em “Um produto novo na praça” (Edição 2, 1978), o mesmo João Silvério Trevisan já aponta a necessidade de que o jornal criasse estratégias para não entrar na moda de “comercializar a bicha”. Segundo o jornalista, a profusão cultural do homossexual, havia o transformado em adereço moderno e de divertimento para uma burguesia elitizada que se modernizava às custas da manutenção do Sistema. O que se veria nos anos seguintes seria a profusão de personagens homossexuais na televisão, no cinema e no teatro. Mas, na maioria das vezes, vendeu-se “um sujeito efeminado, obcecado pelo sexo, neurótico, com úlcera no estômago, complexo edipiano, além de espirituoso, mordaz, falso, irresponsável e – óbvio – patético”²¹.

¹⁹ O grupo Somos surgiu em São Paulo, em maio de 1978. Foi o pioneiro a promover encontros de homossexuais para debater sobre as vivências da sexualidade, a identidade como grupo e linhas de ação na sociedade. Ver em “Grupo Somos: uma experiência” (Edição 12, 1979).

²⁰ ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²¹ Em “Aprenda a resistir” (Edição 18, 1979).

Por outro lado, começa a se solidificar toda uma economia destinada ao “mundo guei”. Em duas reportagens, o Lampião descreve para os seus leitores – muitos dos quais provavelmente nunca estiveram em tais ambientes, por medo de serem “descobertos” - os detalhes das vivências da homossexualidade em dois lugares opostos pela localização geográfica. Os textos demonstram que a divisão entre “entendidos” e “bichas” também demarca territorialidades.

Em “Estrelas mil na Galeria Alaska” (Edição 10, 1979), o local é descrito como “o mais tradicional gueto da homossexualidade local, ou o *gay paradise* de Copacabana”. Composta por um Teatro e um Sotão, que acabara de ser transformado em uma “incrementada discoteca”, a galeria Alaska havia se tornado “mais um reduto da classe média curiosa, essa que acompanha os últimos lançamentos e procura encampá-los, na esteira do que ela pensa que seja a moda e o sucesso”. O ambiente, segundo o texto, reúne turistas e “aqueles rapazes de shorts, a exhibir músculos insuspeitados mal cobertos por suas *t-shirts* do último tipo”.

Saindo da zona sul, “Madureira *by night*” (Edição 8, 1979) descreve o bairro da zona norte como localizado em uma condição geográfica favorável para “a maior concentração de homossexuais dos subúrbios do Rio”. Com a “violência crescente e permanente aliados a um poder aquisitivo baixíssimo”, “exemplos marginais e de figuras estereotipadas” compõem o público gay do local. Essas pessoas devem “escolher (e enfrentar) os locais onde existe o risco da rejeição e de abordagens mais diretamente agressivas, ou procurar pelas esquinas, conhecimentos em que haja afinidades. O banheiro público do Shopping Center de Madureira é um exemplo, frequentado vinte e quatro horas por dia preferencialmente por bonecas que por lá passam rapidamente ou permanecem numa obsessividade que chega a horas”.

5.3 MENINA, EU SOU É HOMEM, EU SOU HOMEM COM H

O clima de permissividade sexual também influenciou a cultura popular brasileira. Enquanto a música da velha guarda era “um refúgio seguro da “normalidade” amorosa, com suas infundáveis histórias de amores heterossexuais” (TREVISAN, 2000, pg.283), nos anos

1970 se destacaram três principais representantes do “desbunde”: Caetano Veloso, Ney Matogrosso e o grupo teatral Dzi Croquetes²².

A seguir, vamos analisar alguns trechos da entrevista de Ney Matogrosso para o *Lampião*. O título da reportagem é “Ney Matogrosso sem bandeira: - Liberação? Cada um cuide da sua” (Edição 11, 1979). É possível dividi-la em três grandes temas: vida artística, vida pessoal e sexual e opiniões sobre o movimento homossexual.

1) O público e o privado

O jornalista pergunta sobre a curiosidade da vida particular se sobrepõe às questões relativas ao trabalho artístico.

Ney: Acho que interessa ao público a pessoa pública, e não a pessoa particular. O que eu faço na cama só interessa a mim, não tem nada a ver com outras pessoas. O fato de eu ser ou não homossexual é uma coisa que só interessa na medida em que estimula a fantasia das pessoas.

O repórter questiona se, em casos como o de Ney, que tem um comportamento cênico diferente, as duas coisas não teriam o mesmo peso.

Ney: [...] quando estou no palco tenho a minha colocação cênica, que é um pouco ousada, reconheço; mas antes de mais nada sou cantor, estou ali para cantar.

Eles conversam sobre a recepção do trabalho de Ney pelo grande público. Ao que ele responde que no começo parecia chocante, mas depois tornou-se natural.

Repórter: Eu penso que é porque você dava um padrão de fantasia à coisa. Você vê, o fato de Caetano Veloso rebolar no Teatro Municipal causou muito mais espanto...

Ney: Ou o fato dele usar batom. Porque eu já conversei com Caetano sobre isso uma vez; ele me disse que usava batom para agredir, e eu uso batom porque acho bonita uma boca pintada. Quer dizer, são duas formas de usar batom.

Repórter: Pois é: é um negócio mesmo ao nível de fantasia. Quando Caetano usou batom ele queria agredir ao nível da realidade; já a sua agressão é ao nível da fantasia.

²² O Dzi Croquetes foi criado pelo bailarino e coreógrafo norte-americano Lennie Dale e se apresentou no período entre 1972 e 1976. Segundo João Silvério Trevisan, o grupo teatral trouxe para o país o que havia de mais moderno em circulação no movimento homossexual internacional. Com o conceito de androginia, bagunçou os padrões de gênero masculino e feminino em apresentações repletas de ambiguidades discursivas e corporais. Eles utilizam do humor escrachado para criticar a ditadura e as moralidades da política sexual.

Ney concorda e reitera a sua visão artística de palco. Mais à frente, o repórter questiona sobre a relação de Ney com a Censura. Ao que ele responde:

Ney: [...] o meu contato com a Censura não chega a ser muito difícil, porque eles esperam de mim outra coisa; afinal, eles também têm suas fantasias. Mas quando me veem assim, igual a eles, fica tudo mais fácil.

2) Opiniões sobre o movimento homossexual

Repórter: você acha que deu alguma contribuição para essa luta pela libertação das pessoas? Acha que sua atitude como artista contribui pra isso?

Ney: Creio que sim. Não posso assegurar em que sentido isso atinge as pessoas. Porque, note bem: não estou querendo transformar ninguém.

E ele segue falando sobre sua forma de agir no palco.

Ney: [...] agora, também tem o outro lado: eu não preciso sair à rua daquela forma. Percebo que muita gente me espera ver na rua dessa forma.

Repórter: [...] quando você sai do teatro, não é mais “Ney Matogrosso”, mas sim, Ney Pereira de Souza, um rapaz comum, que passa até despercebido.

Ney: É, o pessoal espera que saia no mínimo com um papagaio na cabeça.

Repórter: Eles não sabem separar o artista, o profissional, do homem que faz aquilo.

Repórter: [...] você não acha que está comprometido com a imagem homossexual?

Ney: Comprometido, não. O único compromisso que eu tenho é com a minha vida. Eu não sou estandarte de nada. O que eu mostro pras pessoas é um indivíduo livre, uma alma livre. [...] não me coloquem estandarte nas mãos de jeito nenhum, pelo amor de Deus, porque eu não arco com nenhum deles.

Repórter: Como artista você seria mais ou menos libertário.

Ney: Talvez sim. Porque estou mostrando que um indivíduo pode ser livre, que o espírito dele é livre, que apesar de todas as pressões o indivíduo tem o direito de existir como ele queira, desde que não interfira na vida do próximo. Quer dizer, eu quero ter todo o direito de existir; agora, quando percebo que estou no terreno de outra pessoa, sou incapaz de ficar impingindo coisas.

3) Sobre a vida sexual

Repórter: você acredita que exista alguém capaz de querer passar uma cantada em você só pelo fato de ser o Ney Matogrosso?

Ney: Claro, mas eu percebo quando é por causa do Matogrosso. Só como a pessoa chega já dá pra ver com quem ela está querendo transar. [...] já houve até quem dissesse que só iria pra cama comigo se eu estivesse todo suado e com a pintura, recém-saído do show.

Como vimos, a era do “desbunde” marcou o início do movimento homossexual em busca de uma identidade de resistência²³. De uma forma ou de outra, a sexualidade estava lançada ao discurso, com um espírito anárquico. Segundo Foucault (1988), a repressão impulsiona o ato de se falar sobre o sexo, pois esse ato possui um ar de transgressão deliberada ao “[...] empregar um discurso onde confluem o ardor do saber, a vontade de mudar a lei e o esperado jardim das delícias”²⁴. Falar do sexo sob a ótica da repressão também explicaria, segundo ele, “o valor mercantil que se atribui não somente a tudo o que dela se diz como, também, ao simples fato de dar atenção àqueles que querem suprimir seus efeitos”²⁵.

A ética contemporânea da autenticidade²⁶ emerge pós década de 1960 com um tipo de auto orientação para que se fizesse as coisas “do seu jeito”, para “ser você mesmo”. Cada indivíduo age por conta própria, mas com a consciência de que a auto expressão, em algum momento, ajudará a constituir um sentimento comum. As pessoas se rebelaram contra um sistema que oprimia a criatividade, a individualidade e a imaginação. O cerne dessa revolta parece ter sido a liberalização do corpo frente à opressão imposta pelos costumes sexuais. A liberdade de escolha e a sexualidade pessoal tornam-se partes essenciais da identidade e da busca por felicidade.

Essas ideias aparecem estampadas no anúncio publicitário do Lampião, com a frase “Lampião discute o único tema que ainda é tabu no Brasil: o prazer”²⁷. Mas discutir o prazer, no caso, simbolizava a construção de uma identidade homossexual palatável à sociedade. Um movimento que saiu do gueto, mas igualmente começou a padronizar subgrupos. As diferenças foram constituídas, tanto na linguagem quanto na territorialidade, entre os “entendidos” e as “bichas” através de relações de poder.

²³ CASTELLS, 2000.

²⁴ FOUCAULT, 1988, p.13.

²⁵ FOUCAULT, 1988, p.13.

²⁶ TAYLOR, Charles. **A Ética da Autenticidade**. São Paulo: É Realizações, 2011.

²⁷ Ver em Anexo 2.

Por isso, são simbólicos os trechos destacados da entrevista de Ney Matogrosso. Não cabe aqui um julgamento de seu trabalho artístico, que obviamente foi pioneiro e ousado para sua época. Mas propomos um olhar sociológico sobre alguns pontos para depois verificar na atualidade avanços fundamentais.

1) Ney faz uma clara separação entre as suas vidas pública e privada. Ele esvazia de sentido político a sua sexualidade, delegando-a ao imaginário ou à composição artística. Quando ele diz “eu quero ter todo o direito de existir; agora, quando percebo que estou no terreno de outra pessoa, sou incapaz de ficar impingindo coisas”, parece retratar uma visão ilusória daquele contexto sobre a homossexualidade: que ela se assimilaria naturalmente na sociedade como uma escolha pessoal e livre, sem a necessidade de quaisquer indisposições.

2) Nesse sentido, cria-se o fetichismo da homossexualidade, que se restringe ao “seu lugar”. Com ares de “mais uma passageira “moda de verão”²⁸, o movimento homossexual ganha conotação de busca pelo prazer na privacidade e de transgressão social; ao tempo em que permanece alienada das relações de poder que a criam e a discriminam. A busca somente pelo prazer individual de cada um faz parecer que os jogos de poderes do sistema social não precisam ser modificados.

3) O imaginário de que há uma separação entre a fantasia e a realidade se transforma até mesmo em fetiche sexual. Utiliza-se a androginia como expressão artística, mas fora do palco se reafirma a masculinidade hegemônica. Essa separação facilita a recepção e o respeito social. Os versos da música “Homem com H”²⁹ utilizam esse arquétipo masculino do macho, cheio de virilidade. Ao afirmar todo o tempo que “sou homem com H, e com H eu sou muito homem”, corrobora para o fundamento de que gay deve “se dar ao respeito” e isso parece incluir o afastamento da feminilidade, marginalizada fora desse mundo fantástico e exótico da arte burguesa.

²⁸ TREVISAN, 2000, p.336.

²⁹ “Homem com H”, de Ney Matogrosso, 1981. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BWIBbCRPBMg>.

5.4 VAI TER QUE ENVIADESCER

Quarenta anos se passaram. O androginismo exótico foi substituído pelo conformismo dos gay-machos na década de 1980 e das barbies³⁰ dos anos 1990. Nesses anos, surgiram Cazuzza e Renato Russo, expoentes da nova geração e distantes dos estereótipos do homossexual afetado. Travestis ganharam destaque no teatro e em programas de televisão. A mídia fez de Roberta Close um fenômeno do desejo – ou, no mínimo, curiosidade – sexual. Sua imagem de “mulherão” a tornava “desejável justamente por corresponder às fantasias sexuais que trazemos em nosso inconsciente”³¹.

Aquele movimento que sonhava em se integrar na sociedade se decepcionou politicamente e se acomodou com a representação mercadológica. Cazuzza expressou esse pessimismo nos versos de Ideologia: “Eu nem acredito que aquele garoto que ia mudar o mundo frequenta agora as festas do Grand Monde”, onde faz uma referência à alta sociedade e continua descrevendo o contexto desanimador, que incluía a epidemia de Aids: “Meus heróis morreram de overdose, meus inimigos estão no poder. O meu prazer agora é risco de vida”.

Problemas levantados naquele fim da década de 1970 continuam sem solução até hoje. O que há de novo atualmente no campo discursivo é um encaminhamento para a interseccionalidade³² entre os movimentos sociais. Esse conceito sugere o diálogo entre vários marcadores sociais de diferenças, como os raciais, de gênero, classe social e orientação sexual. A própria denominação do movimento se tornou mais abrangente e evoluiu de GLS – gays, lésbicas e simpatizantes – para LGBT+.

Na cena musical, emergiu uma onda de artistas queer. Eles promovem interseções da fluidez entre os gêneros com a arte, a política e o ativismo. O empoderamento e as invenções de gênero conferiram poderes políticos ao corpo, que busca se desfazer das identidades normalizadas.

Com composições musicais e visuais assumidamente contestadores, esses artistas têm colaborado para que os debates de gênero se ampliem para muito além da sexualidade em sua

³⁰ Segundo Trevisan (2000), barbie é o nome como ficaram conhecidos os gays que se preocupavam excessivamente com a estética do corpo, principalmente em ganhar musculatura.

³¹ TREVISAN, 2000, p.310.

³² O conceito de interseccionalidade vem do trabalho de Kimberlé Williams Crenshaw no movimento feminista, como forma de descrever as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação da mulher negra. Ver em: <https://www.racialequitytools.org/resourcefiles/mapping-margins.pdf>.

relação dicotômica entre ser hétero ou homossexual. Alguns exemplos são o queer nas imagens de Johnny Hooker, Rico Dalasam e Jaloo. As experiências da transgeneridade narradas por Liniker, Linn da Quebrada, Triz, As Bahias e a Cozinha Mineira e Mulher Pepita. E a “montação”³³ das drag queens Pabllo Vittar, Gloria Groove, Lia Clark, Aretuza Lovi.

O trabalho de Linn da Quebrada talvez seja o mais ilustrativo da resignificação dos discursos. Ela é uma artista transexual, negra, da periferia, afeminada e se denomina terrorista de gênero; expressão que ela explica em entrevista à Revista Cult.

Eu lancei essa ideia porque eu acho que a violência da sociedade com alguns corpos, corpos como o meu, pretos, transviados, de quebrada, essa violência está posta. É necessário responder também com terror, com agressividade, colocando o meu corpo como arma, como protesto, manifesto, como pólvora diante desse sistema que é violento cotidianamente. Essa hostilidade para corpos como o meu, negros, para corpos travestis, corpos trans, corpos pretos, está dada. O que tem mudado é a formação de redes com pessoas que vivem essa mesma situação ou situações semelhantes, estabelecendo parcerias para nos mantermos vivos. Juntas nós conseguimos nos manter mais fortes, nós conseguimos ocupar outros espaços, conseguimos nos proteger.³⁴

Ser terrorista de gênero seria, pois, uma resposta incisiva ao que Miskolci (2012) chama de “terrorismo cultural”, que opera “fazendo do medo da violência a forma mais eficiente de imposição da heterossexualidade compulsória”³⁵. É um ato de resistência, de ocupação. É tentar libertar os indivíduos que, desde a infância, são oprimidos por não corresponderem ao que se espera de um menino ou de uma menina. Nas palavras do Manifesto Contrassexual, é a luta para apagar os códigos de masculinidade e feminilidade e transformá-los em “registros abertos à disposição dos corpos falantes no âmbito de contratos consensuais temporários”³⁶.

Por fim, o conceito de “Enviadescer”³⁷ sintetiza essa agressividade discursiva. Na música, Linn exalta aqueles que são marginalizados dentro do próprio meio LGBTQ+ por serem afeminados: “Eu gosto mesmo é das bichas, das que são afeminada. Das que mostram muita pele, rebolam, saem maquiadas”. Ser afeminado mexe na ferida do machismo e incomoda por fugir dos padrões. Assim, enviadescer é um processo que não está relacionado com a orientação sexual. Significa cultivar uma visão crítica da heteronormatividade; do “macho discreto” que,

³³ Montação é o processo de aplicar maquiagem e roupas para assumir a persona drag.

³⁴ Da reportagem “Ficou insustentável fingir que nós não existimos”. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-linn-da-quebrada/>.

³⁵ MISKOLCI, 2012, p.33

³⁶ PRECIADO, 2014, p.35.

³⁷ Expressão que dá nome a uma música de Linn Da Quebrada.

sendo hétero ou homossexual, reafirma e é privilegiado pela cultura machista e misógina. Logo, o envidescer torna-se fundamental para uma proposta interseccional³⁸.

5.5 INDISCRETA E DENTRO DO MEIO

Apesar da extrema importância do trabalho de Linn da Quebrada, ele ainda é pouco palatável ao mercado midiático (será algum dia?). A retórica da diversidade tende a criar a imagem da homossexualidade clean³⁹ para a lógica do mercado e o mesmo vale para quaisquer assuntos que questionem estruturas sociais. Com discursos que cumprem o papel de inclusão, mas construídos de uma forma mais amena, foram as drag queens que mais atuaram na representatividade LGBTQ+ nos meios de comunicação mainstream no último ano. Um processo que a televisão norte-americana viveu com o reality show “*RuPaul’s Drag Race*”, que está na sua décima temporada em 2018 e que se tornou referência para o desenvolvimento das culturas drag locais.

Para o meio LGBTQ+, em especial, a arte drag não é nenhuma novidade e tem uma história importante como subcultura gay. Trevisan (2000) aponta que, no Brasil, as drag queens surgem na década de 1990 com um conceito mais flexível de travestismo. Segundo ele, “a atuação das drag queens foi facilitada por englobar um componente lúdico e satírico semelhante ao das caricatas do carnaval”⁴⁰. A flexibilidade quanto ao travestismo faz referência ao fato de que drag queens não se incluem na discussão de identidade de gênero. É um caso diferente de pessoas transexuais e travestis.

A drag Lorelay Fox explica em um vídeo⁴¹ do seu canal no YouTube:

drag queen não é uma expressão de gênero, é uma expressão puramente artística. Pode ser feita por mulheres, homens, héteros, gays. Uma mulher que se transforma num personagem masculino. Um homem que se transforma num personagem feminino. Pode ser o que você quiser, porque é tudo palhaçada. A drag queen não passa de um ator, não vive o personagem no dia-a-dia.

Para argumentar que o gênero é um ato performativo resultante de uma repetição estilizada de atos e que, portanto, não constitui uma identidade estável, Judith Butler discute

³⁸ COLLING; SOUSA; SENA, 2017, p.213.

³⁹ “da qual esteja depurado todo e qualquer resquício de “rebeldia” (TREVISAN, 2000, p. 22).

⁴⁰ TREVISAN, 2000, p.246.

⁴¹ “É drag ou é trans?”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-rjhiwffVwI>.

imitação e paródia de gênero através da figura da drag queen. Para a filósofa, “ao imitar o gênero, o drag revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero — assim como sua contingência”⁴². Assim, a paródia não seria a simples imitação de um gênero original, mas sim da própria ideia da existência de um original. O prazer da performance seria reconhecer e desnaturalizar esse mecanismo cultural. Fazer drag demonstra, enfim, que o gênero nós não temos, mas fazemos. Em sua autobiografia, RuPaul adapta o conceito de gênero na frase “nós todos nascemos nus e o resto é drag”.

No Brasil, o grande destaque atual da cultura drag, sob a ótica de alcance midiático, é Pablllo Vittar. De São Luís do Maranhão, Phabullo Rodrigues da Silva começou a fazer sucesso na internet quando postava vídeos caseiros cantando músicas famosas. Em 2015, já como drag queen, viralizou após lançar um videoclipe com a releitura de uma música internacional que era hit no momento. Em 2016, foi contratada como vocalista da banda do programa “Amor e Sexo”, na Globo. Em janeiro de 2017, lançou “Vai passar mal”, seu primeiro álbum. Composições que abordam sensualidade e relações amorosas, reconhecíveis pelo grande público, e que transitam entre o pop-dance e o tecnobrega. Já reconhecida no meio LGBT, sua popularidade se expandiu de maneira exponencial para o mainstream após o Carnaval desse mesmo ano, quando “Todo dia”, sua colaboração com o rapper Rico Dalasam foi considerada o hit do Carnaval. A partir daí os meios de comunicação desempenharam um papel importante ao explorar a sua imagem como um símbolo de diversidade.

Pablllo estampou capas de revistas famosas – algumas tradicionalmente voltadas ao público feminino – e foi tema de reportagens internacionais, com destaque para a Billboard, revista norte-americana especializada na indústria musical. Ganhou o prêmio de música do ano no programa “Domingão do Faustão”. Teve música na trilha sonora da novela “O outro lado do paraíso” da Globo, na qual a cantora⁴³ também fez uma participação no último capítulo; e antes, já havia participado de outra novela das nove na emissora. Mais recentemente, apresentou o programa “Prazer, Pablllo Vittar” no canal Multishow.

Na cena musical, Pablllo tem colecionado parcerias: Anitta, Gloria Groove, Aretuza Lovi, Preta Gil, Mateus Carrilho, Alice Caymmi, os internacionais Diplo e Charlie XCX, Luan

⁴² BUTLER, 2003, p.196.

⁴³ Em entrevistas, Pablllo diz não se importar com a utilização dos artigos “o” ou “a”, devido à sua fluidez de gênero. No entanto, é um costume nessa cultura se referenciar às drags, quando “montadas”, no feminino.

Santana, Simone e Simaria e Lucas Lucco – esses três últimos, cantores sertanejos, estilo musical tradicionalmente heteronormativo.

Nas redes sociais, acumula números expressivos. São mais de um milhão e oitocentas mil curtidas em sua fanpage no Facebook, mais de 705 mil seguidores no Twitter e mais de 7 milhões no Instagram. Nessa última, se tornou a drag queen mais seguida do mundo, ultrapassando até mesmo a superstar RuPaul – que tem pouco mais de 2 milhões de seguidores.

Isso ajuda a explicar o seu poder de atração para as empresas. Observando suas postagens no Instagram, de agosto de 2017 até maio de 2018, Pablllo fez publicidade para as seguintes marcas: Avon, Trident, Niely, Revista Cosmopolitan, Itaú, Rock in Rio, John John, TNT Energy Drink, Coca Cola, Animale, C&A, Apple Music (na qual lançou um EP e um documentário exclusivos), Olla, Vogue Brasil, Colorama, Maybelline, Gol, ChilliBeans (na qual assinou uma coleção de óculos). E campanhas sociais: para o Ministério da Saúde, sobre o uso de preservativos e a prevenção e tratamento da Aids; e para a campanha “Escolhas”, do Hospital de Câncer de Barretos.

As músicas de Pablllo não são tão incisivas como as de Linn. O seu papel representativo é feito por meio de declarações públicas. Vamos observar a seguir alguns títulos e subtítulos de reportagens nas quais Pablllo foi entrevistada no último ano.

NINGUÉM TOMBA PABLLLO VITTAR. (Revista Trip em 16 de fevereiro de 2017)⁴⁴.

Drag e afeminada com muito orgulho, Pablllo sabe da força de sua existência — e não está nem aí para os haters. “Sou feliz, sou drag, sou bonita, bebê!”.

DESCUBRA O FENÔMENO PABLLLO VITTAR! (Revista Contigo! em 21 de setembro de 2017)⁴⁵.

Com carreira meteórica, a drag queen evita se classificar com gêneros, faz história ao quebrar barreiras e arrasta multidões.

BRAZIL'S LGBT POP SENSATION: 'I WANT TO GIVE THEM STRENGTH'. (The Guardian em 21 de outubro de 2017)⁴⁶.

⁴⁴ Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip-tv/pablllo-vittar-drag-queen-genero-musica-vai-passar-mal-lgbt-lgbtphobia-carnaval-amor-e-sexo>. Acesso em: 17 mai. 2018.

⁴⁵ Disponível em: <http://contigo.uol.com.br/noticias/exclusivas/descubra-o-fenomeno-pablllo-vittar.phtml>. Acesso em: 17 mai. 2018.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/oct/20/pablllo-vittar-brazil-gay-drag-queen-pop-star>. Acesso em: 17 mai. 2018.

In a country where 343 LGBT people were killed in 2016, singer and openly gay drag queen Pabullo Vittar has become a symbol of resistance.

"CONTEI PARA MINHA MÃE QUE ERA GAY AOS 15 E NEM SURPRESA ELA FICOU", CONTA PABLLO VITTAR. (Revista Marie Claire em 30 de outubro de 2017)⁴⁷.

A cantora Pabullo Vittar estrela a capa de Marie Claire ao lado de outras duas divas da música: Iza e Gal Costa. As três são porta-vozes da campanha #OCorpoIdealÉoSeu, que lançamos hoje em nossas redes sociais.

PABLLO VITTAR TALKS 'GAY CONVERSION THERAPY' & OTHER LGBTQ ISSUES IN BRAZIL, PLANS FOR 2018. (Revista Billboard em 16 de novembro de 2017)⁴⁸.

PABLLO VITTAR: "TENHO ORGULHO DO QUE SOU. NUNCA FIZ NADA PARA NINGUÉM ME OLHAR TORTO". (Revista Rolling Stone Brasil edição de janeiro de 2018)⁴⁹.

Em um ano, a cantora transformou um término de relacionamento, carisma pop e a mistura de música brasileira com EDM em um fenômeno de popularidade; "Uma drag em cima do palco, no país que mais mata LGBTs no mundo: isso já diz tudo", defende.

ENTREVISTA! COMO PABLLO VITTAR SE TORNOU UM ÍCONE POP QUESTIONANDO RÓTULOS E PRECONCEITOS. (Revista Donna em 19 de janeiro de 2018)⁵⁰.

"NÃO VEJO COMO UMA MAROLINHA", DIZ PABLLO VITTAR SOBRE A ASCENSÃO DE DRAG QUEENS NA MÚSICA. (Revista Época em 08 de fevereiro de 2018)⁵¹.

No auge de sua carreira, a cantora maranhense abre portas para outras drags e decreta: "quem tem limites é município, não Pabullo Vittar".

⁴⁷ Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Beleza/noticia/2017/10/contei-para-minha-mae-que-era-gay-aos-15-e-nem-surpresa-ela-ficou-conta-pabullo-vittar.html>. Acesso em: 17 mai. 2018.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.billboard.com/articles/news/8039129/pabullo-vittar-interview-brazil-lgbtq-issues-coca-cola-campaign>. Acesso em: 17 mai. 2018.

⁴⁹ Disponível em: <http://rollingstone.uol.com.br/edicao/edicao-137/pabullo-vittar-capa-no-vicio-da-batida#imagem0>. Acesso em: 17 mai. 2018.

⁵⁰ Disponível em: <http://revistadonna.clicrbs.com.br/gente/pablo-vittar-icone-pop-representatividade/>. Acesso em: 17 mai. 2018.

⁵¹ Disponível em: <https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2018/02/nao-vejo-como-uma-marolinha-diz-pabullo-vittar-sobre-ascensao-de-drag-queens-na-musica.html>. Acesso em: 17 mai. 2018.

PABLO VITTAR SOBRE PROGRAMA NO MULTISHOW: “QUEREMOS CONSCIENTIZAR AS PESSOAS”. (Revista Híbrida em 01 de maio de 2018)⁵².

Gostaria de destacar alguns trechos da entrevista mais recente, publicada na Revista Quem no dia 25 de maio de 2018 com o título: “No auge da fama, Pablló Vittar ainda se sente discriminada: ‘dói muito’”⁵³.

Eu sou um menino gay afeminado e drag queen que ama fazer o que eu faço. Eu amo ser fluido. Eu amo transitar no masculino e no feminino. Eu acho que não tem esse negócio: é da menina, é do menino.

Drag é o meu trabalho. O Pablló é quem eu sou. Você quer ver a Pablló montada? Assiste ao meu programa no Multishow, vai nas minhas fotos do Instagram, curte, comenta, dá um like. Mas, amore, na vida real, não! Eu respeito muito a minha drag e foi com ela que eu consegui alcançar minhas coisas. Eu não vou para a cama montada com o cara. O imaginário masculino é muito assim, a gente sabe, mas eu tenho muito respeito pelo meu trabalho!

Ser afeminado é revolucionário. Desde pequeno, na época de escola, ouvia: ‘você nunca vai chegar a lugar nenhum com esse seu jeito’. Quando comecei a trabalhar só consegui emprego em salão de beleza e telemarketing. Os caras ficam com as afeminadas, mas são poucos que assumem. Na hora de namorar, são com os não afeminados que eles andam de mãos dadas.

Vamos separar dois grupos de palavras e expressões que se encontram nesses textos para embasar a análise seguinte: 1) dar força, símbolo de resistência, afeminada, quebrar barreiras, conscientizar as pessoas, questionar rótulos e preconceitos, fluido, o corpo ideal é o seu, revolucionário. 2) sensação pop, carisma, fenômeno de popularidade, carreira meteórica, arrasta multidões, abre portas.

A autora Paula Sibília, no livro “O show do eu: a intimidade como espetáculo” termina o capítulo sobre o “eclipse da interioridade” com a conclusão de que na cultura moderna das aparências, do espetáculo e da visibilidade, “tudo o que ficar no escuro simplesmente não é”⁵⁴. Segundo a autora, os novos tempos marcam um deslocamento do regime da autenticidade, simbolizado pela visibilidade da intimidade de cada um, ou daquilo que cada um é. Assim, o eixo através do qual as subjetividades se configuram teria mudado dos conflitos interiores de conhecimento do *eu* para se estruturar em torno do corpo, estrutura na qual se concretiza o desejo de ser visto.

⁵² Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2018/05/01/prazer-pablló-vittar-queremos-conscientizar-as-pessoas/>. Acesso em: 17 mai. 2018.

⁵³ Disponível em: <https://revistaquem.globo.com/Capa/noticia/2018/05/no-auge-da-fama-pablló-vittar-ainda-se-sente-discriminada-doi-muitoo.html>. Acesso em: 18 mai. 2018.

⁵⁴ SIBILIA, 2016, p.151.

Nessa lógica, segunda a autora, desmoronam as barreiras entre os ambientes públicos e privados e o corpo “se torna uma espécie de objeto de design que deve ser constantemente cuidado e renovado”⁵⁵. Ou seja, contrariando o antigo regime de afirmação do “ser eu”, a cultura contemporânea incentiva a experimentação de forma que “se alguém não estiver satisfeito com as escolhas efetuadas em seu périplo existencial, simplesmente precisa mudar: deveria se transformar e devir outro”⁵⁶. A construção individual do eu foi substituída, pois, pelos processos de auto definição mediados nos espaços de exibição mútua.

A partir disso, voltemos aos dois grupos de expressões retirados dos discursos que envolvem Pablllo Vittar. Eles nos apontam aos dois caminhos que parecem convergir em sua carreira e que vão além da busca pela liberdade individual de ser o que é dos anos 1970. O primeiro grupo mostra o empoderamento contemporâneo de minorias sociais como um processo duplo de questionamento e conscientização: ele precisa ser individual e coletivo. O empoderamento individual atua como um instrumento de incentivo do coletivo. Já não basta eu apenas me aceitar como afeminado, por exemplo, há a urgência de falar e demonstrar de uma forma mais incisiva que esse não é um problema.

O segundo grupo ilustra a construção do empoderamento coletivo no mercado da cultura de massa e nos instrumentos de projeção da visibilidade – as redes sociais, os meios de comunicação, a publicidade. O artista contemporâneo não se resume somente ao que ele faz como expressão artística, mas também ao que ele é. Muitas vezes, inclusive, o é se sobrepõe ao faz. Os modernos olímpianos (MORIN, 1997) cumprem, ao mesmo tempo, a projeção e a identificação. Na cultura de massa, potencializada pelas novas tecnologias, eles cumprem funções nos três universos: “o do imaginário, o da informação, o dos conselhos, das incitações e das normas”⁵⁷.

Na lógica do mercado de consumo, Pablllo Vittar tem se construído como artista com a dinâmica das divas pop. A diferença, no caso, é que temos aqui uma diva pop assumidamente pertencente e militante da causa LGBTQ+. Com uma perfeita união entre estética e atitude, e entre o que se deseja dizer e o que é desejado ouvir; a drag já provou que é capaz de arrastar multidões.

⁵⁵ SIBILIA, 2016, p.151.

⁵⁶ SIBILIA, 2016, p.149-150.

⁵⁷ MORIN, 1997, p.108.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Basicamente, o que tentamos ilustrar com o estudo de caso foram as diferenças apontadas por Miskolci (2012) entre a luta pró-homossexualidade do movimento gay tradicional e o espírito político queer. Como analisamos através do Lampião da Esquina, a origem do movimento LGBTQ+ se baseou na luta política pela defesa da homossexualidade. Por um bom tempo, o movimento recebeu denominações como liberação homossexual ou movimento gay e construiu suas pautas estratégicas em benefício de homens cisgêneros homossexuais. Considerando que o Lampião foi um veículo de consolidação do movimento, sabemos, pois, que o seu protagonismo estava nas mãos de homens gays, brancos, da classe média e com formação acadêmica suficiente para lhes conferir o título de “entendidos”.

Com a urgência em “sair do gueto” e ser assimilado na sociedade, a estratégia política do movimento abraçou a perspectiva assimilacionista, que se foca em criar uma imagem positiva dos gays, mostrando que são pessoas normais e dignas de respeito e tolerância. A ideia central era apenas viver a própria liberdade, sem incomodar a sociedade, sem questionar, sem problematizar demais as estruturas sociais. No entanto, essa estratégia envolveu apagamentos, despolitização e marcou a comunidade gay com valores moralistas, machistas, racistas, misóginos, conservadores, heteronormativos e transfóbicos. Com o acréscimo dos padrões de beleza construídos pelo mercado capitalista e pelas formas de representação nos meios de comunicação, esses valores são carregados ainda hoje, quarenta anos depois; perpetuando a reprodução da violência estrutural no interior do próprio meio LGBTQ+.

Quando Ney Matogrosso compara as duas formas de se usar batom – a dele, pela estética e a do Caetano para agredir -, ele nos deu uma prévia da distinção entre a militância fundada na política de identidade e a que estamos vendo se fortalecer atualmente, inspirada pelo pensamento queer – que é justamente anti assimilacionista. A estratégia de se afirmar como homossexual e conquistar o respeito da sociedade foi muito útil para o mercado consumidor que, para se modernizar, transformou o gay em produto e passou a usufruir do *pink money*.

Na prática, a afirmação identitária permanece até hoje como uma bandeira necessária de resistência. Nesse ponto, percebemos que a luta política permaneceu por muito tempo em algum estado de conformidade. Não se trata, porém, de minimizar o papel simbólico que Ney representou naquele contexto, mas sim de localizá-lo dentro do pensamento da sua geração.

Quando trazemos o debate para os dias de hoje, tomando como amostra as figuras de Linn da Quebrada e de Pablo Vittar, vemos que o trabalho artístico e, sobretudo, as atitudes particulares são inseparáveis do campo político. O batom é definitivamente usado para agredir no nível da realidade. É perceptível nos discursos atuais que as pautas do movimento LGBTQ+ refletem justamente os apagamentos proporcionados por sua base focada em homens gays-machos dos anos 1970 e da conseqüente lacuna de diálogo com outros movimentos de “minorias”.

A agressão atual aparece configurada no âmbito dos discursos. Como um ato de terrorismo – uma referência ao termo significado por Linn –, reúne o empoderamento individual como instrumento de luta política, o grande volume de informação digital, a voz e a patrulha das pessoas através das redes sociais e os agenciamentos político, econômico e midiático. E talvez aqui temos um motivo para o grande incômodo que a militância atual causa: ela carrega um alto nível de agressividade e de desobediência à moral tradicional, pois é formada por um contingente muito maior de indivíduos conscientes de seu lugar na sociedade e de todos os anos que foram silenciados.

O foco dos discursos atuais ultrapassa a questão da orientação sexual e impulsiona intersecções com áreas de gênero, raça, classe social e territorialidades. Aqui, podemos perceber que até mesmo o combate à homofobia como questão central da militância produz apagamentos. Isso ocorre por dois principais motivos: primeiro, a homofobia está socialmente muito vinculada aos atos discriminatórios que resultam em agressões físicas e mortes. No entanto, é preciso perceber que ela é estrutural e age, sobretudo, como violência psicológica. Assim se verifica a importância do ato de enfiar o dedo: como ilustramos através de Linn e Pablo, a tendência de valorização do gay afeminado é – finalmente – um ato de resistência em resposta à marginalização histórica produzida pela constituição de uma cultura gay machista. Desde criança, os que mais sofrem com a discriminação são os meninos femininos e as meninas masculinas.

O segundo motivo está na relação linguística entre homofobia e homossexualidade. Ora, visto que as identidades estão fluidas, ultrapassando as relações binárias e que o movimento gay evoluiu para LGBTQ+, será mesmo que o único problema a ser combatido ainda é o problema dos homens cisgêneros e gays? E os grupos representados pelas outras letras, continuam secundários até quando?

Nesse ponto, a representatividade se mostra fundamental. É claro que precisamos reconhecer a importância de um veículo de comunicação contra hegemônico como o Lampião da Esquina em plena ditadura militar. Justamente por ser uma grande ferramenta de registro social e histórico, ele foi escolhido para compor nosso trabalho. É claro que reconhecemos a qualidade do trabalho de Ney Matogrosso e o seu papel fundamental – junto com Caetano, os Dzi Croquettes e outros artistas que vieram em sequência – em levar o tema da homossexualidade para a música popular. E é claro que precisamos comemorar a ocupação de espaços midiáticos, na inserção maior de personagens LGBTQ+ em novelas, na mudança de tom nos programas de humor, na presença constante do assunto no jornalismo, na inserção da diversidade na publicidade de grandes empresas como Coca Cola, Avon, C&A e Skol e as tentativas, de todos esses meios, de desfazer os estereótipos que cercam a masculinidade.

No entanto, em processos de representação, é sempre importante que nos perguntemos: é representativo para quem? Se o protagonismo do Lampião estava nas mãos de representantes de uma burguesia intelectual, atualmente não é diferente. O poder sobre os grandes meios de comunicação e das grandes empresas continua nas mãos da classe dominante, interessada antes de tudo em resultados econômicos. Logo, é preciso compreender essas configurações e estar atento, como militância, para evitar a recaída na comodidade da perspectiva assimilacionista da diversidade.

Nesse sentido, faço o primeiro apontamento para trabalhos futuros. O caso de Pablio Vittar, como apontamos, alcançou um nível muito alto de visibilidade em pouco tempo e esse fato já foi, de certa forma, colonizado por uma lógica de mercado e da cultura de massa. Por isso, é importante uma análise mais ampla sobre a sua posição como símbolo representativo LGBTQ+ que envolve, inclusive, uma análise de perspectiva estética.

Nesse trabalho, acabei direcionando mais olhares para perspectivas sobre as quais tenho vivências: as de homem cis, branco, gay e que sempre teve problemas com os quesitos da masculinidade padrão. Esse fato influenciou a própria seleção dos temas comentados do Lampião da Esquina. Há muito mais para se investigar naquelas publicações: a relação do movimento gay com as travestis, com o movimento feminista, com o movimento dos negros, com as ideologias políticas, dentre outras.

Por sua vez, Linn da Quebrada foi escolhida como amostra do estudo de caso por representar claramente o diálogo com a Teoria Queer e a oposição com a perspectiva assimilacionista que havíamos ilustrado através do Lampião da Esquina; além da crítica à

masculinidade padrão. Porém, tanto o seu trabalho artístico como seu papel social, indicam muitas outras intersecções, sobre as quais não tenho vivência, que precisam ser discutidas para que se avance em pautas de um movimento LGBTQ+ mais integrado.

Finalmente, espero que este trabalho incentive outras pesquisas que se preocupem com o desenvolvimento da mobilização LGBTQ+. Mais especificamente, espero que leve a reflexões sobre a urgência de se combater a reprodução da violência estrutural no interior do próprio meio LGBTQ+. Como sempre, nada é mais útil do que analisar a história, aprender as lições e tentar não cometer os mesmos erros.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. 226 p. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/RonanTocafundo/bardin-laurence-anlise-de-contedo>. Acesso em 04 de jun. 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 328 p.
- _____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 110 p.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 231 p.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>. Acesso em: 01 jun. 2018.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530 p.
- COLLING, Leandro. Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero? In: PELÚCIO, Larissa *et al* (Orgs.). **Olhares Plurais para o Cotidiano**: Gênero, Sexualidade e Mídia. 1.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 112-131.
- _____; SOUSA, Alexandre Nunes; SENA, Francisco Soares. Enviadescer para produzir interseccionalidades. In: OLIVEIRA, João Manuel de; AMÂNCIO, Lúcia (Orgs.). **Gêneros e sexualidades**: interseções e tangentes. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL), 2017. p. 193-215.
- COMUNICADO URGENTE PARA PAIS E MÃES. **Omo Brasil**, 06 out. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CKqCidMtkkY>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- É DRAG OU É TRANS? **Para Tudo**, 05 mai. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-rjhiwffVwI>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- ENVIADESCER. **Linn da Quebrada**, 05 out. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MFmZj4SyrrY>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 11.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 176 p.
- GODINHO, Rafael. No auge da fama, Pablllo Vittar ainda se sente discriminada: “Dói muito”. Revista Quem, 25 mai. 2018. Disponível em: <https://revistaquem.globo.com/Capa/noticia/2018/05/no-auge-da-fama-pablllo-vittar-ainda-se-sente-discriminada-doi-muitoo.html>. Acesso em: 18 mai. 2018.
- GRUPO DIGNIDADE. **Lampião Da Esquina**. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 30 abr. 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Pessoas LGBT mortas no Brasil: Relatório 2017**. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>. Acesso em 8 fev. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 102 p.

_____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (Org.). Tradução de Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. 434 p.

_____. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HOMOFOBIA MATA. Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/>. Acesso em: 02 jun. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-34.

_____. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.2, p.541-553, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>. Acesso em: 02 jun. 2018.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 80 p. (Série Cadernos da Diversidade; 6).

_____. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.28, p.101-128, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>. Acesso em: 01 jun. 2018.

_____; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.32, n.3, p.725-748, set./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>. Acesso em: 01 jun. 2018.

MORIN, Edgar. Os Olímpianos. *In*: MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: Neurose**. Tradução de Maura Ribeiro Sardinha. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 105-109.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 224 p.

OUT NOW GLOBAL. **Brazil 2017 Report – Out Now Global LGBT2030 Study**, 15 nov. 2017. Disponível em: https://iabbrasil.com.br/wp-content/uploads/2017/12/Pesquisa_-_Hornet_-_Relato%CC%81rio_Brasil_LGBT2030.pdf. Acesso em: 18 abr. 2018.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014. 223 p. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2017/08/preciado-paul-b-manifesto-contrassexual.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

PRECIADO, Paul. **Quem defende a criança queer?** Disponível em: <http://revistageni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer/>. Acesso em: 02 jun. 2018.

REPENSE O ELOGIO. **Avon**. Disponível em: <http://www.repenseoelogio.com.br/>. Acesso em: 02 jun. 2018.

RODRIGUES, Nelson. **O Beijo no Asfalto**: tragédia carioca em três atos. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. Disponível em: http://www.kbook.com.br/livraria/wp-content/files_mf/obeijonoasfaltoneilsonrodrigues.pdf. Acesso em: 02 jun. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SIBILIA, Paula. **O Show do Eu**: A intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016. 360 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais, Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102. Disponível em: http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/a_producao_social_da.htm. Acesso em: 02 jun. 2018.

TAYLOR, Charles. **A Ética da Autenticidade**. Tradução de Talyta Carvalho. São Paulo: É Realizações, 2011. 128 p.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. 586 p.

TRÓI, Marcelo de. Ficou insustentável fingir que nós não existimos. **Revista Cult**, 8 ago. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-linn-da-quebrada/>. Acesso em: 02 jun. 2018.

THINK WITH GOOGLE. **Dossiê BrandLab** - A busca por diversidade no Brasil, out. 2017. Disponível em <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/dossie-brandlab-diversidade/>. Acesso em: 02 jun. 2018.

ANEXO 1



Figura 1- Lampião da Esquina (Edição Experimental, abril de 1978).



Figura 2 - Lampião da Esquina (Edição 11, abril de 1979).

ANEXO 2

Nós também estamos fazendo História

LAMPIÃO discute o único tema que ainda é tabu no Brasil: o prazer

Peça pelo reembolso ou mande vale postal. Número atrasado: CR\$ 20,00

Reserve a sua assinatura



Faça de LAMPIÃO da Esquina o seu jornal. Assine agora.

● Desejo receber uma assinatura anual de LAMPIÃO da Esquina ao preço de Cr\$ 180

Nome _____

Endereço _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Envie cheque ou vale postal para a Esquina — Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda. — Caixa Postal 41031 — Santa Teresa — Rio de Janeiro — RJ. CEP 20241

Aguarde: “Histórias de Amor” da Esquina

Figura 3 - Anúncio Lampião da Esquina

Fonte: Edição 07, dez. 1978, p.15.